

## NORTE/SUL E LITORAL/INTERIOR: DUAS DIVISÕES DICOTÓMICAS DE PORTUGAL CONTINENTAL

*MARIA FERNANDA ALEGRIA  
JOSÉ AFONSO TEIXEIRA  
JORGE UMBELINO*

As referências às divisões do território de Portugal Continental em Norte/Sul (N/S) e Litoral/Interior (L/I) são muito frequentes. Expressas em vários estudos, são também utilizadas nos meios de comunicação social e em conversas do quotidiano, a propósito dos mais diversos assuntos. A ideia de analisar este tipo de partições do território nasceu desta tomada de consciência.

Numa primeira tentativa de compreender estas divisões dicotómicas — de que resultou uma comunicação apresentada ao V Colóquio Ibérico de Geografia, realizado em Léon, em Novembro de 1989 — inventariámos diferentes perspectivas em estudos publicados recentemente por autores com formações diversas. Analisámos também as referências em jornais e os resultados de um inquérito, com o qual procurámos identificar os principais factores responsáveis por estas clivagens e captar diferentes imagens espaciais. Preocupados essencialmente com a percepção dos espaços a que essas oposições se reportam, verificámos que as referências espaciais colocavam vários outros problemas, muitos dos quais ficaram em aberto.

No estudo que agora apresentamos atribuímos grande importância à referência às dicotomias N/S e L/I em diferentes épocas. Esta atitude baseia-se no reconhecimento de que a organização da sociedade e do território, bem como as representações que deste se fazem, variam com o tempo

e integram, em cada momento, elementos de temporalidades anteriores. Não deixamos, contudo, de retomar e aprofundar a análise anteriormente feita, a partir de referências recolhidas em jornais e dos resultados do inquérito.

Temos consciência de que este assunto merecia ser mais aprofundado. A centena de referências que nos serviu de fonte representa apenas uma pequena parte das obras onde cada uma das oposições (ou ambas) é expressa. Os 109 números de jornais analisados sugeriram ideias que precisariam de ser confirmadas com uma amostra mais representativa. Seria também desejável contemplar outros meios de comunicação social, nomeadamente a televisão que não foi objecto de análise sistemática. Enfim, os inquéritos (166 respostas apuradas), que dão imagens tão diferentes e sugestivas destas divisões do território, precisariam de ser dirigidos a maior número de residentes fora de Lisboa, a pessoas com conhecimentos diferenciados do país e formações mais diversificadas. Reunidas estas condições estamos certos de que outras ideias surgiriam e o estudo seria mais conclusivo. As interrogações e hipóteses que este artigo permite colocar pareceram-nos, porém, suficientemente pertinentes e motivadoras de outras análises, não necessariamente com uma perspectiva geográfica dominante.

## 1. AS DIVISÕES NORTE/SUL E LITORAL/INTERIOR EM LIVROS E REVISTAS

### 1.1. *Questões metodológicas*

O território de Portugal Continental tem sido dividido de várias maneiras. Essas divisões traduzem diversas interpretações e resultam de objectivos diferenciados, tanto de quem as produz como de quem as utiliza.

As primeiras diferenciações espaciais que englobam o conjunto do território parecem situar-se em tempos quase tão recuados como os da própria nacionalidade. ORLANDO RIBEIRO (1957, p. 13) põe mesmo a hipótese de a mais antiga «ter sido esboçada (...) num codicilo do testamento de D. Dinis, datado de 1299». Este codicilo, citado por diversos autores, «refere-se expressamente às grandes divisões territoriais do reino, limitadas pelos principais rios» (J. A. SANTOS, 1985, p. 25-26).

A esta divisão, não seguramente a primeira, outras se seguiram. Todavia, não é nosso propósito traçar a sequência dos vários tipos de limites entre espaços do território nacional, sejam eles administrativos, eclesiásticos, judiciais, militares, produzidos para fins científicos, etc. As nossas intenções são mais circunscritas: interessam-nos as diferenciações entre Norte e Sul e entre Litoral e Interior que ao longo do tempo têm sido estabelecidas.

A consulta de alguns textos de autores dos séculos XVI a XVIII, talvez por ser limitada, não encorajou o prosseguimento do inventário nesse período, pelo menos para um artigo, necessariamente pouco extenso <sup>(1)</sup>. Os finais do século passado e o presente marcam os limites temporais deste estudo. Na

---

<sup>(1)</sup> É ainda muito limitado o conhecimento actual da História da Geografia, para se poder definir uma amostra de autores representativos, como provaram S. DAVEAU e ORLANDO RIBEIRO em «Conhecimento actual da História da Geografia em Portugal» in *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, vol. II, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1986, p. 1041-1060. Foram todavia feitas algumas consultas exploratórias, em obras dedicadas ao conjunto do País, de autores dos séculos XVI a XVIII. Esses textos foram os seguintes: Frei BERNARDO DE BRITO, *Geografia Antiga da Lusitânia*, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1804 (reimpressão da edição de 1597); DUARTE NUNEZ DE LEÃO, *Descrição do Reino de Portugal (...)*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1785; MANUEL SEVERIM DE FARIA, *Vários Discursos Políticos*, 1791; Frei MANUEL DE FIGUEIREDO, *Descrição de Portugal (...)*, Lisboa, 1817; versão inédita, em português, do estudo de ANDRÉ DE RESENDE sobre a *Lusitânia*; D. LUIZ CAETANO DE LIMA, *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos da Europa*, Lisboa, 1734. Na última obra referida, onde se utiliza a divisão provincial como base para a descrição do país (costume que, de resto, se manteria), encontra-se uma curta referência directa à oposição entre o Norte e o Sul, expressa nestes termos: «O clima de Portugal é sem dúvida o mais benigno de toda a Europa, ainda que com grandes diferenças das Províncias; porque nas setentrionais se experimenta algum frio no Inverno e nas meridionais algum calor no Estio; porém em tão pequeno excesso, que não chega a ser nocivo aos naturais, ainda que estranho aos que se criaram no Norte» (p. 192). A exploração dos outros textos, que não consideramos completa, sugeriu que podem existir outras referências às oposições. MANUEL SEVERIM DE FARIA, por exemplo, quando defende e justifica a necessidade de fixação da residência do rei em Lisboa, cita várias vezes as «forças marítimas» e a necessidade de «senhores do mar». Não foram todavia encontradas referências directas à oposição L/I ou N/S, tanto mais que esta descrição se reporta ao território peninsular e não exclusivamente a Portugal.

realidade, a pesquisa efectuada permite admitir que, embora a origem destas divisões dicotómicas possa ser muito recuada, o último quartel do século XIX marca com certeza o começo da sua utilização fora de um círculo científico restrito.

Este período, de pouco mais de um século, foi dividido em três partes, que as obras de ORLANDO RIBEIRO separam. De facto, pareceu-nos ter sido este autor quem melhor sistematizou, deu a conhecer (pelo menos entre os geógrafos) e criticou as diferentes visões globais do território de Portugal Continental produzidas antes, ao mesmo tempo que continuou a ser importante fonte para interpretações dicotómicas recentes, especialmente produzidas por geógrafos, mas também por historiadores e especialistas com outras formações, cujos trabalhos são, neste estudo, tratados separadamente.

## 1.2. *As divisões dicotómicas do território a partir de B. Barros Gomes (1878)*

Parece ter sido B. BARROS GOMES, nas *Cartas Elementares de Portugal para uso das Escolas* (1878), quem primeiro esboçou a divisão do País em Norte e Sul e em Litoral e Interior. Esta hipótese, embora não segura, foi-nos sugerida por um estudo de ORLANDO RIBEIRO (1957), a que nos referiremos mais vezes, no qual analisa a divisão geográfica do País proposta por aquele silvicultor.

A primeira divisão estabelecida naquela obra, no comentário à «Carta Orographica e Regional de Portugal», é entre Norte e Sul do País, separados pelo rio Tejo <sup>(2)</sup>. Cada um destes conjuntos é subdividido em «Littoral» e «Parte Interna», com base em fundamentos de três ordens — latitude, exposição e relevo. «Se basearmos uma divisão regional do país puramente n'estas condições de latitude, exposição e relevo, teremos um ponto de partida seguro para estudos sociaes de primeira ordem» (B. BARROS GOMES, 1878, ponto 7, p. n.n.).

---

(<sup>2</sup>) Na realidade, já antes do comentário a este mapa aparece uma curta referência à oposição N/S. A propósito do mapa intitulado «Carta Concelhia», o primeiro deste atlas, B. BARROS GOMES fez notar a «grandeza geralmente maior dos concelhos ao Sul do Tejo, com duas excepções principais, uma junto ao estuário d'este rio, outra no littoral do Algarve».

Segundo H. LAUTENSACH (1931), B. BARROS GOMES foi o primeiro a esboçar, com inteligência notável, uma divisão regional do País. ORLANDO RIBEIRO (1978, p. 227), lembra que ele a fez «atendo-se (...) às bacias hidrográficas (...) e sem ter em conta a vigorosa individualidade dos maciços montanhosos como a Cordilheira Central» (3). Segundo este autor, B. BARROS GOMES teve o mérito de «ter entrevisto a divisão tripartida de Portugal que LAUTENSACH e eu, cerca de cinquenta anos depois, viemos a adoptar» (idem, p. 228). Note-se que o verbo utilizado é «entrevistar» e não «definir» ou «propor». Na realidade, a divisão regional que viria a ser proposta por ORLANDO RIBEIRO seria tripartida — Norte oceânico, Norte transmontano e Sul.

A preocupação daquele importante silvicultor em sistematizar as grandes divisões do território tem base naturalista. Mas a necessidade de interpretar a organização territorial do conjunto do País podia ter origem diferente.

ORLANDO RIBEIRO, nas *Introduções Geográficas à História de Portugal* (1977), faz referência a três autores — OLIVEIRA MARTINS, JAIME CORTESÃO e ANTÓNIO SÉRGIO — que se ocuparam das grandes divisões do território, com o objectivo de compreender em que medida as características geográficas foram, ou não, factor explicativo da individualidade de Portugal.

Estes autores interessam-nos agora, também, para percebermos como é que o Litoral era por eles entendido, já que a oposição entre o Norte e o Sul era sempre estabelecida com base em características naturais (relevo, clima, vegetação) ou históricas (progressão do território da Nação de norte para sul).

A consulta de algumas obras de três geógrafos, publicadas nas primeiras décadas deste século — SILVA TELLES, A. FERRAZ DE CARVALHO e AMORIM GRÃO —, permitiu-nos estabelecer o confronto entre as suas opiniões e as daqueles historiadores. As hipóteses de interpretação a que chegámos,

(3) É provável que a utilização de bacias hidrográficas como base de referência para estudos geográficos remonte a PHILIPPE BUACHE, que em 1752 apresentou uma memória à Academia Francesa das Ciências, defendendo que uma bacia de drenagem constitui uma unidade topográfica, bem individualizável de espaços contíguos.

quanto ao conceito de litoral, poderão sistematizar-se cómo se segue.

No essencial parece haver três acepções de litoral: uma de base natural em que a palavra toma o significado restrito de costa (sendo os acidentes físicos destacados, talvez em continuação de uma tradição cartográfica que remonta aos portulanos); a acepção de faixa mais ou menos ampla, próxima da costa, com características históricas e naturais próprias, a que se alia uma intensa vida comercial, marítima e agrícola (que raramente é delimitada ou, sendo-o, abrange províncias em contacto directo com o mar); enfim, o litoral como o próprio símbolo da nacionalidade, mais tarde símbolo da expansão e do Império.

Para documentar o que fica dito permitimo-nos destacar algumas citações e sintetizar opiniões dos autores referidos.

Talvez seja de OLIVEIRA MARTINS a conhecida expressão «Portugal virou costas à Espanha», o que quer dizer que se voltou para o litoral e para o mar. Mas talvez tenha sido JAIME CORTESÃO o principal inspirador de interpretações posteriores. Para este autor, «os dois caracteres da geografia portuguesa que mais prepararam a sua diferenciação política são aqueles a que chamamos o *contacto cruciforme* entre os seus diversos elementos e a *convergência atlântica* dos seus caracteres» (JAIME CORTESÃO, 1961, p. 20). A individualização política encontraria razão na configuração em faixa rectangular, com um litoral recortado e propício às actividades marítimas (de que se destaca especialmente a extracção e comércio de sal), insistindo mesmo que a atlantização do povoamento se pode fazer recuar à época romana. A importância do litoral não se restringe, porém, para JAIME CORTESÃO, à individualização política. Ele seria também a razão da expansão e do Império, permitindo a criação de uma civilização essencialmente marítima e unitária e que de mediterrânea passou a ser atlântica e, mais largamente, oceânica (idem, p. 31).

ANTÓNIO SÉRGIO considera também que «o litoral, com os seus portos, pescaria e salgados (...) foi o principal factor de existência do corpo político português», facilitando o desenvolvimento de importante actividade marítima e económica

e a introdução de uma cunha europeia e burguesa na massa das populações ibéricas.

Embora usando outras palavras como sinónimo de litoral, que aparece referido como «periferia marítima», «faixa atlântica», «vertente ocidental», «cais da Europa», qualquer destes autores defende a ideia da prevalência de um modo de vida litoral, uns dando ênfase à intensa actividade marítima e comercial, outros à simbiose da terra com o oceano fronteiro.

O carácter periférico e atlântico do País em que estes autores insistem foi também ressaltado por geógrafos portugueses. A individualidade e a personalidade do litoral são bem salientadas por SILVA TELLES (1929), na caracterização geográfica do País preparada para a Exposição Portuguesa em Sevilha, onde se expressa assim: «da arquitectura geral do edificio português e da maneira como esta influi na massa oceânica resultam as principais tendências da grei agrícola e marítima (...). O oceano encaminhou a grei para as actividades rurais, mas chamou-a também, por uma fortíssima acção centrípeta, a uma vida intensa no litoral e ao descobrimento de terras longínquas que deram a Portugal um lugar grandioso na sua História» (p. 95).

A. FERRAZ DE CARVALHO (1930), ao estudar as características físicas do território, refere-se mais do que uma vez à oposição N/S. Na segunda parte do estudo, ao definir os traços fundamentais da «Geografia Humana de Portugal», dá ainda maior ênfase à individualidade do País com base na feição marítima: «Portugal es una entidad geografica (...); es un *país marítimo*, cuyo territorio se prolonga en contacto con el mar, del qual todo él es tributario (...). No es un país de paso, de acceso, es *aislable* (...). De ser un país *marítimo y aislable* de los otros de la Península, se han derivado las formas principales de su evolución histórica» (p. 560).

As referências de AMORIM GIRÃO ao litoral e à importância do mar, em sintonia com os autores referidos, são constantes. Também ele considera que a individualização política do País não teria sido possível «s'il n'avait pas trouvé sur le bord de la mer son propre cadre géographique et à Lisbonne le meilleur centre de vitalité et d'équilibre» (1940, p. 157). Na *Geografia de Portugal* (1941) são retomadas estas ideias que a seguinte frase sintetiza: «foi o mar que desligou

o nosso país do corpo peninsular ibérico» (p. 15). E acrescenta: «mais ainda reconheceríamos esta influência se os nossos concelhos litorais se não alargassem às vezes para o interior, a abranger também uma parte da zona serrana, como sucede em particular no Algarve» (p. 231). Ressalte-se a referência à divisão administrativa, base indispensável para muitos estudos posteriores.

As opiniões que transcrevemos, apesar de diversas, mostram que existem imagens historicamente recuadas para a oposição entre o Litoral e o Interior, que provisoriamente situamos em autores do século passado, início deste. A ideia de que a dicotomia L/I é relativamente recente, parece ser de pôr em dúvida.

Antes de passarmos a autores de épocas mais recentes tentemos uma breve síntese sobre as ideias de ORLANDO RIBEIRO quanto às grandes divisões do território.

### 1.3. *As grandes divisões segundo Orlando Ribeiro. Uma síntese*

«Valiendose de nombres conocidos y evocadores, el geógrafo está muchas veces obligado a precisar un contenido que la indecisión de los limites populares apuntó vagamente. De esta forma su sentido tradicional queda alterado por un ajuste más estrecho a la realidad geográfica. Por encima de las regiones está el agrupamiento de éstas en conjuntos más vastos, reunidos por una tonalidad comun, debida generalmente a la situación y al clima (...). Teniendose que dividir Portugal de este modo, las unidades principales serán determinadas por el contraste entre las influencias mediterráneas y las atlánticas y, dentro de ambas, por su atenuación con el alejamiento del litoral. *Norte atlántico, Norte trasmontano y Sur* son las divisiones fundamentales de la tierra portuguesa» (ORLANDO RIBEIRO, 1955, p. 235).

Este extracto do livro *Portugal*, onde ORLANDO RIBEIRO retoma a divisão tripartida do território, proposta em 1945 na primeira edição de *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, tem o interesse de, em poucas linhas, mostrar a necessidade de visões científicas do conjunto do território, de as enunciar e fundamentar.

Havendo que agregar esta divisão tripartida, então a separação fundamental seria entre o Norte e o Sul, como se refere na conclusão da última obra citada: «ao entrelaçar de influências mediterrâneas e atlânticas, consequência da posição, se deve a dualidade do território português. *Grosso modo*, podem opor-se o Norte e o Sul. Mas a análise dos elementos da paisagem e da economia regional mostra-nos uma articulação mais complexa: aspectos mediterrâneos que se insinuam, ao longo dos vales e baixas, até ao coração de Trás-os-Montes; traços da fisionomia atlântica, dominantes até ao Mondego inferior, que voltam, em recorrências episódicas, e ainda se deixam ver na mais alta Serra Algarvia. Os elementos essenciais da geografia portuguesa têm assim muitas vezes um traçado em viés e o território escapa a uma simples divisão em Norte e Sul e, mais ainda, em faixas grosseiramente paralelas ao litoral».

«A acção do homem teve larga parte no atenuar destes contrastes. O estudo da vegetação subespontânea, a reconstituição das paisagens primitivas, os vestígios da economia pré-romana, mostram uma oposição muito mais marcada entre as duas metades do País» (ORLANDO RIBEIRO, 1987, 5.<sup>a</sup> ed., p. 165).

Nas décadas de 40 e 50, quando ORLANDO RIBEIRO propõe e fundamenta estas grandes divisões do território, a Geografia portuguesa, em estreita relação com a escola regional francesa, não deparava ainda com a tendência para a separação entre Geografia Física e Humana. Nos diversos estudos monográficos regionais, então publicados, partia-se da análise dos diversos componentes da paisagem, estudando as inter-relações entre as actividades do homem e o meio. Num País onde dominava largamente a actividade agrícola — mais relacionada do que qualquer outra com os elementos naturais —, e onde apenas se começavam a reunir e sistematizar contributos dispersos para o conhecimento do País, as sínteses de ORLANDO RIBEIRO marcam um passo fundamental. Os seus trabalhos (e os dos seus discípulos) constituíram fontes de informação geográfica indispensáveis para vários outros domínios do saber. A tradicional ligação da Geografia à História, por exemplo, fará de ORLANDO RIBEIRO não só um mestre de várias gerações de geógrafos como também de historiadores.

O menor desenvolvimento, entre nós, de ciências não directamente ligadas à natureza, como as ciências sociais em geral e particularmente a Sociologia, a Psicologia, a Economia regional, etc., contribuíram para aproximar a Geografia das primeiras. Etapa indispensável para o conhecimento do território, esta Geografia regional de base naturalista criou raízes que perduram entre alguns geógrafos e historiadores.

A evolução posterior da Geografia, de que não vamos aqui fazer a história, terá trazido contributos válidos para novas interpretações espaciais da organização do conjunto do território? Ou a criação de novas imagens globais do território terá sido dificultada pelas visões especializadas dos estudos temáticos subsequentes, pela separação cada vez mais nítida entre Geografia Física e Humana, pela aproximação recente da Geografia a algumas ciências sociais? Para esta importante questão tentaremos a seguir dar algumas achegas, sem, de qualquer modo, termos a pretensão de a resolver.

#### 1.4. *Visões dicotómicas em estudos recentes*

O grande número de estudos relativos a Portugal Continental, produzidos por investigadores com diversas formações, e a intenção de comparar a perspectiva dos geógrafos com a de outros autores, levou-nos a considerá-los separadamente.

##### 1.4.1. Geógrafos

Dada a diversidade de assuntos em que as oposições são expressas, abarcámos um conjunto amplo de textos, com base nos seguintes critérios: dizerem respeito ao conjunto do território, fazerem referência a qualquer das oposições, ou a ambas, e referirem-se a estudos de natureza diversificada, de âmbito temático ou não. Além disso, procurámos não circunscrever a amostra a autores consagrados, mas incluir um leque variado onde os mais jovens figurassem.

O conjunto amplo de textos consultados sugeriu-nos algumas ideias que sistematizamos.

a) As referências às oposições N/S e L/I são frequentes nos estudos dos geógrafos e a maioria das vezes expressas

na conclusão, o que mostra a necessidade e a utilidade de interpretações sintéticas do território.

Para termos uma ideia concreta da frequência de referências às oposições na produção geográfica, assinale-se que num relatório policopiado onde se reuniram as 12 comunicações apresentadas por jovens colaboradores da Linha de Acção «Estudos para o Planeamento Regional e Urbano» (EPRU) do Centro de Estudos Geográficos, ao V Colóquio Ibérico de Geografia, 9 das quais dizem respeito ao conjunto de Portugal, em 6 delas há referência à oposição N/S, L/I ou a ambas.

b) Em estudos recentes parecem mais numerosas as referências à oposição L/I do que à N/S, e pouco frequentes as ocasiões em que elas são postas em confronto. No entanto, a ideia de que a organização territorial, nas suas várias manifestações, não permite opor simplesmente N/S ou L/I, está patente naqueles estudos. Mesmo quando a análise faz ressaltar a oposição L/I, caso mais frequente, sente-se a necessidade de a comparar com a de N/S.

Na comunicação apresentada por E. SILVA e A. SANTOS ao citado Colóquio Ibérico, na qual se analisam aspectos da Geografia do Consumo em Portugal, as duas oposições são mencionadas, como o são na dissertação de mestrado que J. OLIVEIRA (1988) apresentou sobre o transporte rodoviário de passageiros. Outros exemplos podem ser encontrados em diversos estudos, alguns dos quais serão referidos a seguir.

c) A separação entre estudos de Geografia Física e de Geografia Humana, que no meio universitário é cada vez mais nítida, reflecte-se nas grandes oposições estabelecidas.

Enquanto nos estudos de Geografia Física se opõe a maioria das vezes o Norte ao Sul, com base em características do relevo, da cobertura vegetal, por vezes do clima, nos que dão ênfase às características económicas e sociais opõe-se quase sempre o Litoral ao Interior.

O exemplo seguinte ilustra de forma clara e sintética esta opinião. CARLOS ALBERTO MEDEIROS (1984, p. 8) ao resumir os «Traços gerais da diversidade do território» opõe «um Norte montanhoso e com chuvas bem mais abundantes e persistentes a um Sul de planuras pouco elevadas e onde é menor

a precipitação anual e mais prolongada e acentuada a estação seca. Para além disso, no Norte há diferenças sensíveis entre a faixa litoral e a do interior, enquanto no Sul se regista maior uniformidade».

Esta oposição, que «decorre fundamentalmente de características físicas ou naturais, sublinhadas por aspectos da ocupação humana tradicional, que acusam a influência mais ou menos nítida daquelas», filia-se, como é referido, em ORLANDO RIBEIRO. CARLOS ALBERTO MEDEIROS não deixa, porém, logo a seguir, de acentuar que «a evolução económica dos últimos tempos (embora com raízes um tanto recuadas) criou novo contraste geográfico, pelo menos tão nítido como os anteriores e sem lhes ser totalmente alheio, entre a faixa industrializada e urbanizada, economicamente mais desenvolvida, do litoral, designadamente no sector entre o norte do distrito de Setúbal e o sul do de Viana do Castelo, e as áreas do interior e boa parte do sul, atrasadas e com actividades rurais relevantes. É a conhecida oposição litoral-interior, que tantas vezes e sob tão variadas perspectivas tem sido apontada» (idem, p. 9).

Exemplos recentes da oposição N/S, com base em características físicas do território, não são abundantes. O inventário que S. DAVEAU preparou e comentou, no primeiro volume da *Geografia de Portugal*, sobre estudos de geomorfologia do País (ORLANDO RIBEIRO *et al.*, I, 1987, p. 220-277), mostra que a maior parte destes tem âmbito regional. Devem-se a S. DAVEAU e colaboradores as poucas sínteses recentes sobre aspectos da Geografia Física do País. As oposições N/S e L/I com base em características climáticas, por exemplo, são retomadas na figura 1.4. do volume II da *Geografia de Portugal* (idem, 1988, p. 457). Talvez se possa dizer que, com base na morfologia e na cobertura vegetal, se opõe mais vezes o Norte ao Sul, mas que as características climáticas tanto permitem opor N/S como L/I.

d) Na interpretação das origens de ambas as oposições há divergência entre os geógrafos. A maior parte dos jovens, embora interessando-se pelas diferenciações territoriais, raramente se refere às raízes históricas; os que são sensíveis a essas preocupações, talvez pelo tipo de formação geográfica

que receberam, tendem a situar a oposição L/I em períodos recuados que, ou não são localizados no tempo, ou são remetidos para o início da nacionalidade, reconhecendo embora que a dicotomia se tem acentuado. Quanto à oposição N/S, temos de separar os estudos que têm por base as características naturais, cuja escala temporal é muitas vezes geológica, dos que contemplam formas de organização social. Nestes, há que distinguir os que estabelecem uma oposição global, de raiz histórica, que remonta à própria formação da nacionalidade, dos que a definem a propósito de uma característica específica, que é o objecto de estudo. Neste caso, não é comum, nos trabalhos dos geógrafos, a preocupação de a situar historicamente.

Não valerá a pena insistir em que a maioria dos jovens geógrafos manifesta reduzida preocupação com as razões históricas da organização territorial recente. Quanto aos que a elas são sensíveis, queremos destacar JORGE GASPAS (1982), que situa a oposição L/I no início da nacionalidade (tal como o fizeram geógrafos e historiadores do fim do século passado e início deste, a que atrás nos referimos), reconhecendo que os descobrimentos, o comércio marítimo dos séculos XV a XVIII e a colonização acentuaram tanto o desequilíbrio entre o Litoral e o Interior, como a macrocefalia de Lisboa. Outros autores, como CARLOS ALBERTO MEDEIROS, são mais prudentes. A citação atrás feita (1984, p. 8-9) não remete para um período histórico determinado a oposição L/I.

e) Um último aspecto desta síntese diz respeito à identificação dos espaços a que as oposições se referem.

Quando os estudos têm natureza temática é frequente as oposições expressas serem traduzidas em mapas. Todavia, raramente há coincidência nos limites definidos nas várias análises.

Quando os estudos não são temáticos, ou sendo-o se parte deles para generalizações, aparecem limites de dois tipos: ou se valorizam as condições naturais, opondo o Norte ao Sul, marcando-se normalmente o limite pela Cordilheira Central, ou se valoriza o tipo de ocupação humana do território, e se dá ênfase, quase sempre, à oposição L/I, usando-se então frequentemente limites distritais. Neste último caso indivi-

dualizam-se os que estão em contacto com o mar ou especificam-se os distritos «a norte de Setúbal». Ocasionalmente identifica-se o litoral, sem o delimitar, como uma área «polarizada» por Lisboa (ou Lisboa-Setúbal) e pelo Porto (ou Porto-Braga), usando-se também expressões como «o grande Porto» e «a grande Lisboa» ou «áreas organizadas por» Lisboa e Porto.

Mesmo quando os estudos temáticos têm por base a divisão em concelhos (e há muitos exemplos), raramente se fazem

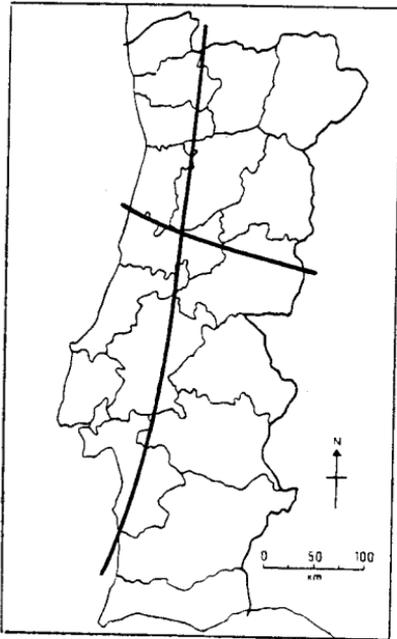


Fig. 1 — «Regionalização esquemática de Portugal baseada nos padrões de desenvolvimento industrial detetados para 1971-79». Fonte: JOÃO FERRÃO; C. JENSEN-BUTLER (1986, p. 232).

interpretações em termos de oposições dualistas que excluam alguns concelhos de certos distritos e incluam os de outros. A única interpretação global das oposições que encontramos, onde foi feita delimitação entre áreas sem vínculo à divisão distrital ou à Cordilheira Central, foi a indicada na figura 1, acompanhada do seguinte comentário (JOÃO FERRÃO; C. JENSEN-BUTLER, 1986, p. 231): «Durante a década de 60, o crescimento regional do emprego no sector secundário revelava uma distribuição geográfica basicamente do tipo centro-periferia (...). Ao longo dos anos 70, importantes modificações contribuíram para alterar o padrão distributivo dominante até então, nomea-

damente através da emergência de um contraste mais claro entre o Norte e o Sul. Parece possível afirmar-se que, em termos gerais, o país é susceptível de ser dividido quanto aos aspectos em análise, em quatro grandes conjuntos, já que as taxas de emprego secundário são mais elevadas no litoral do que no interior, e no Norte do que no Sul. A primeira destas dicotomias permanece como a mais decisiva, associando-se a aspectos como a acessibilidade, o desenvolvimento de infraestruturas, a densidade da população, ou a dinâmica dos mercados locais» (4).

#### 1.4.2. Investigadores com outras formações

Temos consciência de que corremos algum risco ao reunirmos num único conjunto analítico a produção científica de autores com formações diversificadas, que vão da História à Economia, da Antropologia à Sociologia, incluindo ainda estudos realizados por pessoas que se distinguem mais pelas funções que exercem do que pelo tipo de formação adquirida, caso de políticos e urbanistas. As interpretações avançadas devem, por isso, ser entendidas como hipóteses de trabalho. Para as fundamentarmos, começemos por assinalar que se podem reconhecer dois grandes conjuntos. O primeiro engloba estudos em que há identificação espacial das divisões — N/S, L/I, ou ambas; o segundo inclui aqueles em que existem referências às oposições, sem se identificarem os espaços a que elas se reportam. Poderíamos considerar ainda um outro grupo — os textos em que não há preocupação com as diferenciações. Entre os economistas, por exemplo, o território nacional e as diversas formas de organização económica e social são frequentemente estudados como um conjunto unitário, sendo raras as referências a porções específicas, como as identificadas por N/S e L/I.

(4) Reproduzimos duas figuras dos trabalhos recentes consultados (fig. 1 e 2) porque, excluídas as divisões propostas em estudos temáticos e as bem conhecidas divisões de ORLANDO RIBEIRO, não encontramos mais exemplos de mapas onde as oposições fossem representadas. As figuras 1 e 2 expressam, no entanto, atitudes substancialmente diferentes quanto às dicotomias: enquanto na primeira os limites propostos traduzem o resultado da investigação, na segunda serviram de ponto de partida.

Parece-nos útil começar por transcrever alguns passos da importante obra sobre desenvolvimento regional de SIMÕES LOPES (1980), porque se abordam aí diversos problemas e se emitem opiniões que fundamentam parte das conclusões (provisórias) a que chegámos. Entre elas destacamos: a ênfase dada à oposição L/I, a partir das características dos distritos; a insistência em que os desequilíbrios territoriais são ainda mais evidentes quando a comparação é feita entre Lisboa-Porto e resto do País, ou quando se isola Lisboa; a tentativa de situar historicamente o processo da diferenciação entre o Litoral e o Interior.

Muito próximo da conclusão (p. 344-346) SIMÕES LOPES refere: «Portugal é um país de profundas assimetrias regionais que se agravam e que são já resultado de um processo cumulativo». (...) «Na faixa litoral portuguesa compreendendo os distritos de Braga até Setúbal, correspondente a pouco mais de 1/4 da superfície total, vamos encontrar 2/3 da população total e 4/5 do PIB, 9/10 da produção das indústrias transformadoras e cerca de 9/10 do produto dos serviços. Em termos de emprego localizam-se aí mais de 4/5 dos profissionais científicos e liberais sendo a proporção de pessoal administrativo ainda mais elevada. Cerca de 9/10 do pessoal dirigente superior encontra-se também nessa zona».

«No entanto, os desequilíbrios são ainda mais expressivos se as comparações forem feitas entre os distritos de Lisboa e Porto e o resto do país: em menos de 6% da superfície total (percentagem respeitante ao conjunto daqueles distritos) deparamos com 40% da população e mais de 50% do PIB, 40% da produção das indústrias transformadoras e mais de 2/3 do produto dos serviços. É importa ter presente que nos referimos a distritos, os quais estão longe de ser regiões homogéneas. O desequilíbrio real é certamente maior por mais expressivos que possam ser os resultados da análise estatística porque o distrito se situa por vezes a um nível de agregação muito elevado».

Apesar desta observação sobre a insuficiência da base administrativa distrital para estudos de desenvolvimento regional, nos quadros que o autor apresenta é utilizada uma agregação ainda maior para mostrar as diferenças de rendimento

familiar: o Norte, o Centro, o Sul, para além de Lisboa, que é isolada.

Já quase no final deste sub-capítulo, que sintetiza os problemas do «Desenvolvimento Regional em Portugal», analisam-se as causas da situação detectada, voltando-se a reforçar a oposição L/I. A citação que se segue, apesar de longa, interessa-nos porque equaciona o problema das origens da oposição L/I.

«As causas da situação diagnosticada são de natureza diversa e em muito se ficam a dever à evolução do processo histórico de desenvolvimento do país. Os centros mais importantes, naturalmente localizados no litoral, eram já os mais importantes em épocas pré-romanas e cresceram significativamente sob a influência romana; durante ela se organizaram a partir de uma rede de estradas que, favorecendo o Sul como seria de esperar, não deixou de reforçar a funcionalidade do litoral (...). As descobertas, com os enormes influxos de riqueza que viriam a proporcionar e o desenvolvimento do comércio acentuariam a importância relativa das áreas costeiras, até porque as relações com a Espanha seriam sempre difíceis. Nos tempos modernos os efeitos da expansão marítima continuariam a prevalecer; e o processo de industrialização, largamente dependente de importações, ao procurar tirar partido dos equipamentos portuários e das maiores concentrações populacionais como mercados potenciais mais relevantes, impulsionaria ainda mais o crescimento do litoral. Entretanto, as infraestruturas rodoviárias e as intenções desenvolvimentistas do *fontismo* particularmente com o lançamento da rede ferroviária nacional, sempre a privilegiar a faixa costeira, robusteceriam o processo de desequilíbrio».

Tentando organizar as principais ideias que este e outros estudos nos sugeriram, destacamos os seguintes aspectos:

a) Ambas as oposições são utilizadas como imagens sintéticas da realidade social portuguesa, embora seja mais frequente a expressão da de L/I;

b) São sobretudo historiadores que adoptam a divisão N/S como base espacial de referência para os seus estudos; a maioria dos outros autores, sem recusarem este confronto, dão mais

ênfase à oposição L/I, não sendo resolvido, nem sequer por historiadores, o problema da origem dessas mesmas oposições.

Parece-nos possível admitir que as referências ao espaço nacional em estudos de natureza histórica não são sistemáticas. A Geografia do País é muitas vezes entendida como um palco, cujas características (sobretudo naturais) são destacadas na introdução, muitas vezes a propósito da individualização política do País.

Para o período que medeia entre os séculos XII e XVIII, as referências geográficas ao conjunto do território são raras, e feitas quase sempre a propósito da distribuição da população. Reencontramos análises históricas com referência a determinados espaços em estudos que se reportam ao século passado. A base natural do território entendido como palco de acontecimentos perde então terreno a favor de uma história de cariz económico, apoiada em divisões administrativas.

Para fundamentar esta hipótese, registemos duas citações, a primeira extraída de um estudo sobre a formação do País (JOSÉ MATTOSO, 1985), a segunda de uma dissertação de doutoramento sobre a construção do espaço económico português oitocentista (DAVID JUSTINO, 1988-89).

«Ao falar das delimitações geográficas de Portugal e ao tentar averiguar até que ponto elas coincidem com áreas antropológicas etnográficas ou linguísticas, defini, assim, duas grandes regiões divididas grosso modo pelas montanhas da Cordilheira Central, e ambas repartidas por uma outra fronteira, mais imprecisa, com o sentido Norte-Sul, e que opõe o litoral ao interior. Para facilitar, usarei as designações consagradas pelo estudo de ORLANDO RIBEIRO, com a consciência bem clara de que todas as fronteiras são oscilantes e imprecisas (...). Trata-se dos três grandes conjuntos por ele designados Norte Atlântico, Norte Interior e Sul Mediterrânico» (JOSÉ MATTOSO, 1985, I, p. 81). Partindo destes três grandes conjuntos, este autor reconhece que «a configuração das relações sociais de produção não é neles idêntica» (idem) e que não pode «deixar de estudar o fenómeno da extensão senhorial para fora do referido espaço [Norte atlântico] e as adaptações a que dá lugar a sua 'exportação'». Vendo-se obrigado a matizar a divisão territorial de ORLANDO RIBEIRO, por ela não

se ajustar à organização social dos séculos XI a XIII, J. MATTOSO não deixa de a adoptar como base espacial de referência do seu estudo.

O ponto de partida de DAVID JUSTINO (1989, tomo II, p. 262), na dissertação de doutoramento dedicada à História Económica de Portugal no século passado, é totalmente diferente. As unidades espaciais de que se serve, para estudo das disparidades regionais, estão indicadas na figura 2. Da análise

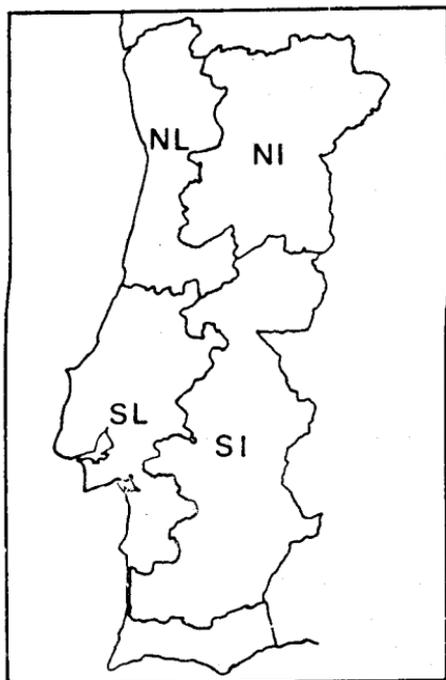


Fig. 2 — «As unidades espaciais para análise das disparidades regionais, com base no agrupamento de distritos». Fonte: DAVID JUSTINO (1989, p. 138); sem escala no original.

efectuada ao longo da dissertação, permitimo-nos destacar o penúltimo parágrafo: «A economia portuguesa, na perspectiva regional, irá continuar a mostrar-se debilmente integrada (...) de forma mais saliente quando considerarmos a dualidade norte-sul ou a dos seus pólos dominantes, Porto e Lisboa. Este baixo nível de integração é igualmente observável se considerarmos as relações litoral-interior ou, numa perspectiva mais adequada, centro-periferia. Porém, a que se nos revela como a dualidade decisiva no processo de formação do espaço económico nacional, durante o século XIX, é a primeira e não a segunda».

Nos estudos até agora mencionados, está presente a preocupação em identificar as grandes oposições territoriais, a qual foi detectada também noutros trabalhos. Deste conjunto, a que atrás fizemos referência, queremos destacar mais um exemplo, por nele se situar em época muito recente a oposição Litoral/Interior e a de Lisboa/Porto, com base em diversas características da população: «a partir dos anos 40 começou a afirmar-se uma nítida assimetria litoral-interior», mas «em 1960-1970 esta concentração deixa de ser extensiva a todo o litoral e passa a localizar-se em torno de dois grandes pólos — Lisboa e Porto» (ERNÂNI LOPES *et al.*, 1989, p. 121).

Os estudos em que a identificação dos espaços a que as dicotomias se reportam não é expressa são naturalmente mais frequentes do que aqueles onde as áreas são delimitadas. A análise de 10 números da revista *Análise Social* permitiu comprovar esta afirmação, que a seguinte citação confirma: «Infelizmente, as diferentes fisionomias socioculturais das regiões portuguesas e as grandes e permanentes divisões Norte/Sul, Interior/Litoral e campo/cidade são aspectos da realidade nacional que a historiografia sobre a época contemporânea ainda não pensou e com que não aprendeu a trabalhar» (RUI RAMOS, 1986, p. 124). Esta opinião permanecerá provavelmente válida se a referência à História for generalizada a outras Ciências Sociais.

Numa publicação em que se reúnem várias opiniões sobre o processo de regionalização em Portugal, mas onde é assaz rara a identificação de espaços, M. BRANDÃO ALVES (1984, p. 78) considera que «Portugal deveria possuir entre cinco e sete regiões. Para o mesmo número de regiões existem no entanto múltiplas partições. Sabe-se que entre nós se têm afirmado, no essencial, duas filosofias, quanto ao modo de estabelecer uma partição: a que leva à criação de *regiões verticais* separando o interior do litoral e a que conduz à criação de *regiões horizontais* em que o litoral e o interior integrariam a mesma região. A roupagem científica de que têm sido revestidos os argumentos em favor de um ou outro tipo de regiões são praticamente irrelevantes, porque tanto justificam um como o outro».

No mesmo livro, a opinião de VÍCTOR CONSTÂNCIO a propósito da delimitação de regiões é a seguinte: «Corre-se o

risco em Portugal, penso eu, nesta matéria, de se ir para uma delimitação das antigas regiões-plano, portanto, dividindo o continente em quatro grandes regiões (...). O grande risco que existe com uma divisão nessas grandes regiões é o da configuração de fenómenos de dominação por parte do litoral mais desenvolvido, e onde se concentra a maior parte da população, em relação ao interior, a nível dos órgãos regionais e, portanto, a nível dos destinos da própria região» (1984, p. 39).

## 2. AS OPOSIÇÕES EM JORNAIS

### 2.1. *Questões metodológicas*

Feita uma primeira exploração em alguns números de jornais escolhidos ao acaso, passou-se a uma recolha sistemática, numa amostra (indicada nas fontes), que englobou um total de 12 jornais, entre diários (7) e semanários (5) de grande circulação, editados em Lisboa e no Porto, nas duas últimas semanas de Junho e primeiros dias de Julho (68 números) e na última semana de Outubro de 1989 (41 números). Para podermos verificar a persistência das referências às dicotomias, apuraram-se separadamente os dois períodos de amostragem. Embora não tenhamos a pretensão de retirar qualquer validade estatística desta amostra, não queremos deixar de registar a preocupação em não fazer coincidir os períodos de recolha com acontecimentos que pudessem viciar os resultados (por exemplo actos eleitorais). As diferenças que se encontram nos dois períodos de amostragem indicam, aliás, a vantagem de uma recolha mais ampla para se tirarem conclusões seguras, mas mostram, também, o que é porventura mais importante, a persistência das referências às oposições, e nomeadamente a algumas áreas.

Na metodologia da recolha obedeceu-se aos seguintes critérios: contaram-se todas as referências às oposições N/S e L/I e, ainda, todas as menções apenas ao Norte ou ao Sul, ao Litoral ou ao Interior. Excluíram-se, porém, as que respeitavam divisões legalmente instituídas, identificadas por uma destas palavras, quer fossem divisões comerciais, industriais, sindicais (por exemplo: o Sindicato dos Bancários do Norte) ou outras e, ainda, as referências, aliás frequentes,

à divisão do País em Norte, Centro e Sul, uma vez que o nosso propósito era analisar oposições dicotómicas; finalmente, excluíram-se referências a porções específicas do território, ainda que fosse utilizada uma das palavras, Norte ou Sul, Litoral ou Interior (por exemplo, o litoral do Alentejo). Quando, na mesma notícia, uma das dicotomias (ou espaços de cada uma delas) era citada várias vezes, contou-se apenas uma referência.

## 2.2. *Características das referências*

Uma das características das notícias, que logo nos chamou a atenção, diz respeito à quantidade de referências ao Norte. Por isso se considerou conveniente apurar separadamente as menções a Norte, a Sul e a N/S e, do mesmo modo, a Litoral, a Interior e a L/I (quadros I e II).

Como se pode ver no quadro I, o Norte é a área mais referida quando, explícita ou implicitamente, se põem em confronto partes do território, sobretudo em jornais editados no Porto, sendo em muito menor número as referências directas à oposição N/S. A oposição L/I, pelo contrário, é estabelecida praticamente com a mesma frequência com que se cita o Litoral ou o Interior. Vale a pena destacar alguns números: no primeiro período de amostragem, o Norte aparece referido 104 vezes, num total de 156 menções (66%), sendo 63 (41%) em jornais editados no Porto. A oposição N/S, com indicação expressa das duas áreas, foi, no mesmo período, contada apenas 6 vezes (4%) e a de L/I 16 vezes (10%), sendo 13 (8%) em jornais editados em Lisboa e 3 (2%) no Porto. No cômputo global dos dois períodos de amostragem, as percentagens das citações foram estas: a Norte, 66%, a N/S, 6% e a L/I, 8%.

Como o número de jornais editados em Lisboa e no Porto não é o mesmo em nenhum dos períodos de amostragem (no conjunto dos dois, respectivamente 81 e 28 exemplares, isto é, um total de 109 números), a leitura do quadro I, embora mostre a utilização frequente destas oposições (destacando-se menções ao Norte), não permite comparar o número de citações nos jornais editados nas duas cidades.

## QUADRO I

Resumo das referências às oposições N/S e L/I em jornais editados no Porto e em Lisboa, em dois períodos de amostragem (sem ponderação pelo número de exemplares)

Referência	Semanas de Junho/Julho			Semana de Outubro			Total geral 109 ex.
	Jornais editados em			Jornais editados em			
	Porto 20 ex.	Lisboa 48 ex.	Total 68 ex.	Porto 8 ex.	Lisboa 33 ex.	Total 41 ex.	
Só ao Norte — Abs.	63	41	104	21	38	59	163
%	41	26	66	23	42	65	66
Só ao Sul — Abs.	2	6	8	3	4	7	15
%	1	4	5	3	4	7	6
A N/S — Abs.	2	4	6	2	6	8	14
%	1	3	4	2	7	9	6
Sub-total — Abs.	67	51	118	26	48	74	192
%	43	32	75	29	53	82	78
Só ao Litoral — Abs.	4	8	12	0	4	4	16
%	2	5	7	0	4	4	6
Só ao Interior — Abs.	3	7	10	1	7	8	18
%	2	4	6	1	8	9	7
A L/I — Abs.	3	13	16	1	3	4	20
%	2	8	10	1	3	4	8
Sub-total — Abs.	10	28	38	2	14	16	54
%	7	18	25	2	16	18	22
Total geral — Abs.	77	79	156	28	62	90	246
%	49	51	100	31	69	100	100

Nota: as percentagens são calculadas em relação ao total das referências de cada período de amostragem: 156 no primeiro, 90 no segundo e 246 no conjunto. Os totais são aproximados à unidade mais próxima.

No quadro II, onde, para simplificar a leitura, se incluíram apenas as referências a Norte, a N/S e a L/I, foi feito o apuramento contando médias por exemplar de jornal. Ao Norte aparecem, em média, 3.1 menções, por cada exemplar editado no Porto, e 1.5 no conjunto dos jornais editados em Lisboa e

## QUADRO II

Comparação das referências a N/S (e só ao Norte) e a L/I em jornais editados no Porto e em Lisboa, em 2 períodos de amostragem (com ponderação pelo número de exemplares)

Período de amostragem	Local de edição	N.º de jornais	Referência a N/S		Referênc. ao N		Referênc. a L/I	
			Total	p/ex.	Total	p/ex.	Total	p/ex.
Junho/Julho	Porto	20	2	.10	63	3.20	10	.50
	Lisboa	48	4	.10	41	.90	28	.60
Outubro	Porto	8	2	.30	21	2.60	2	.30
	Lisboa	33	6	.20	38	1.10	14	.40
Jun/Jul/Out	Porto	28	4	.10	84	3.10	12	.40
	Lisboa	81	10	.10	79	1.10	48	.60
Jun/Jul/Out	Total	109	14	.10	163	1.50	54	.50

no Porto; na oposição N/S, com indicação expressa das duas áreas, a média varia entre 0.1 e 0.3; ao L/I as referências por exemplar oscilam entre 0.3 (jornais editados no Porto, semana de Outubro) e 0.6 (jornais editados em Lisboa em Junho/Julho), sendo a média global de 0.5.

A aridez dos números não nos esclarece sobre os contextos em que as oposições são expressas, podendo mesmo levantar-se a hipótese de que o grande número de referências ao Norte não tenha implícita nenhuma oposição entre Norte e Sul. De facto, devemos registar que, tanto em notícias de jornal, como noutros meios de comunicação social a que adiante faremos referência, o que mais vezes fica expresso é a individualidade de uma área identificada como Norte, a qual não é confrontada explicitamente com nenhuma outra. Isto quer dizer que, embora se tenha tido o cuidado de excluir as menções ao Norte, ao Centro e ao Sul, a afirmação da individualidade do Norte pode fazer-se, também, por oposição não expressa a Centro e a Sul e não apenas a Sul. Feita esta ressalva, registemos algumas citações, tanto de oposições dualistas expressas, como de outras mais implícitas do que explícitas, que nos dão imagens dos diversos contextos em que elas são estabelecidas.

No *Diário de Notícias*, de 30.06.89, a propósito de um seminário sobre formação de técnicos para o desempenho de funções autárquicas, referia-se que «as desigualdades litoral-interior são notórias», mas não são as únicas. «A Área Metropolitana do Porto, por exemplo, chama a si 34 % dos técnicos utilizados na região Norte». Note-se desde já que o Norte não é entendido como Área Metropolitana do Porto.

Em notícia de *O Liberal* de 21.10.89, sobre as funções políticas de Braga da Cruz, fazia-se notar: «Move-se nos palcos nortenhos mas é obrigado a representar o drama da subordinação ao Governo de Lisboa. Discreto, Braga da Cruz começa a assumir o papel que o Norte lhe exige».

Das poucas oposições com menção expressa a Norte e Sul, destacamos esta de *O Liberal*, de 21.10.89: «A dicotomia entre o Norte e o Sul, como entre o Futebol Clube do Porto e o Famalicão, é pré-fabricada. Há bons e maus relacionamentos apenas».

A maioria das vezes, como se disse, não é expressa claramente a oposição N/S, mas clama-se pelo Norte, fala-se dos nortenhos, da capital do Norte, da região do Norte, com uma insistência notória que o seguinte artigo, assinado por Lucas Pires, com o título «O Norte Liberal», ilustra claramente: «O Norte e o Porto têm um papel primacial a jogar nesta evolução; (...) o Norte precisa de um acesso directo e largo à Europa; (...) para que tudo isto seja possível e exista, o Norte tem de apostar de modo aberto e competitivo; (...) só assim o Porto poderá assegurar uma maior participação nas decisões nacionais, mas também uma ligação física e cultural a toda a região Norte; (...) Norte e Porto precisam de uma maior capacidade de respirar nacional e internacional; (...) não só o Norte e o seu destaque são importantes para a própria identificação da nacionalidade (Orlando Ribeiro), como o que há de bom para essa região e a sua capital será bom para Portugal; (...) a força do Norte e da sua capital serão, mesmo, cada vez mais essenciais» (*O Liberal*, 21.10.89). Registe-se a tentativa de cobertura científica, erradamente procurada em ORLANDO RIBEIRO, para identificar «nacionalidade» com «Norte».

A oposição L/I é quase tantas vezes implícita como explícita. O cunho do confronto directo é frequente, embora

existam também referências exclusivas ao Litoral e ao Interior. Alguns exemplos.

Em notícia de *A Capital*, de 24.06.89, também referida no *Diário de Lisboa* do mesmo dia, a propósito dos critérios em que se baseou o Plano de Desenvolvimento Regional, um deputado denunciava a «realidade dualista existente em Portugal caracterizada por um profundo desequilíbrio entre o litoral e o interior», afirmação contestada pela Secretária de Estado do pelouro que comentava: «a visão dualista entre o litoral e o interior pertence aos anos 60».

A tentativa de aproveitamento político de interpretações académicas, que aqui se regista, pode ser feita de acordo com perspectivas muito diferentes, às vezes quase opostas. Na revista de *O Semanário* de 28.10.89, num comentário a dois mapas de Portugal Continental, tendo por fundo a divisão distrital (mapas sem título, sem escala e sem legenda) que, pelo texto, se percebe representarem carências habitacionais, é ressaltada «a forte assimetria regional da distribuição do parque [habitacional], com nítida clivagem litoral/interior e grande concentração em torno de Lisboa e Porto e a seguir Setúbal».

Outro apuramento, muito sumário, diz respeito aos assuntos a propósito dos quais são estabelecidas estas oposições. Tendo sistematizá-los (quadro III), ressaltam: primeiro, um conjunto lato que inclui notícias sobre educação e cultura, turismo e desporto (32%), seguido de temas económicos (24%);

### QUADRO III

Os grandes temas das notícias no conjunto dos jornais consultados

Temas	Junho/Julho		Outubro		Total	
	Total	%	Total	%	Total	%
Educ./Cult./Tur./Desp.	33	30	31	34	64	32
Economia	23	21	25	28	48	24
Polít. part. e geral	26	24	15	17	41	21
Ambiente e Clima	17	16	7	8	24	12
Outros	10	9	12	13	22	11
Total	109	100	90	100	199	100

as questões políticas, que englobam implantação partidária e ordenamento do território (incluindo política habitacional, condições de fixação da população, etc.) surgem em terceiro lugar (21 %); bastante distanciados ficam os problemas ambientais e climáticos (12 %) e um conjunto variado de temas que englobámos na designação «outros» (criminalidade, publicidade, trabalho infantil, saúde, etc.), com 11 %.

O inventário sistemático feito nos jornais não foi realizado noutros meios de comunicação social. Ainda assim, não queremos deixar de fazer duas curtas referências à televisão. A primeira diz respeito a um anúncio ao jornal *O Liberal*, emitido durante algumas semanas no Verão de 1989: «O que é que o Norte ainda não deu a Portugal?». No programa «Café Central», transmitido das 19 às 20 horas em 20.11.89, muito se discutiram as oposições Lisboa/Porto e, também, a oposição Norte/Sul. Afirmou-se, por exemplo, que é no Norte que vivem os verdadeiros valores da portugalidade. Outra ideia defendida, que exprime ponto de vista bem diferente, foi a de que «a partir de certa altura passou a ser indiferente falar do Porto ou do interior do País».

Este debate, a que só fizemos curta referência, mostrou de forma clara como os confrontos dualistas, e especialmente o de Lisboa/Porto e Norte/Sul, estão vivos e como o Porto e um certo espaço identificado por «Norte», que o Porto lidera, mas cuja delimitação se desconhece, clama pela afirmação política, cultural e económica, recusando a subordinação a outros espaços de poder. O mito ou a realidade da subordinação ficaram, porém, por esclarecer, tanto mais que foi defendida a pureza dos valores do núcleo original da portugalidade (*versus* os ímpios mouros), assim como foi reforçada a ideia, já nossa conhecida, de que quem mais trabalha no País são os «nortenhos».

A ausência de qualquer geógrafo, no debate a que temos estado a fazer referência, não pode deixar de ser registada.

Arrumar sucintamente algumas ideias, quanto às oposições nos meios de comunicação social, parece-nos agora necessário.

— O facto mais saliente é, sem dúvida, a quantidade de notícias em que se faz referência ao «Norte», manifestando-se mais a individualidade, a afirmação de uma área de contornos

difusos, tendo o Porto como pólo agregador, do que propriamente um confronto explícito entre Norte e Sul ou entre Norte e outros espaços como Centro e Sul.

— Estas frequentes referências ao Norte, que podem ser entendidas como manifestações de cunho regionalista, não têm equivalente nas notícias (escritas ou veiculadas pela televisão) que se referem à oposição L/I. Quando este confronto é expresso, não é evitado de qualquer manifestação de cariz regionalista, apesar de à palavra Litoral se associar a ideia de «desenvolvido» e à de Interior a de «subdesenvolvido» ou retrógrado. A explicação residirá provavelmente na falta, aqui, de um importante centro agregador de interesses, através do qual eles se pudessem manifestar.

— A identificação dos espaços a que as oposições se referem, bem como a delimitação entre eles, raramente é feita. Uma das notícias, em parte atrás transcrita, mostra que o «Norte» não se restringe ao espaço da Área Metropolitana do Porto, ou ao da própria cidade, mas persiste a dúvida sobre a área que a palavra pretende identificar.

Quanto à oposição L/I, embora muitas vezes se identifiquem com Litoral os distritos com fachada atlântica ou, destes, apenas os situados a norte de Setúbal, não se pode generalizar este conceito territorial, pois, como vimos, a oposição L/I confunde-se por vezes com a de Lisboa-Porto/resto do País.

— Apesar de não sabermos que espaços são, nos meios de comunicação social, identificados por Norte e Sul, Litoral e Interior, as frequentes referências aí feitas parecem admitir o contrário: Litoral e Interior, Norte e Sul, são usados como conceitos cuja base territorial não suscita problemas de identificação, qualquer que seja o contexto em que são utilizados.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DAS OPOSIÇÕES ATRAVÉS DE INQUÉRITOS

#### 3.1. *Questões metodológicas*

Para a análise das oposições N/S e L/I, na actualidade, elaborou-se um inquérito, cuja concepção foi antecedida de uma reflexão sobre as questões relevantes e o modo como deviam ser formuladas. Para isso foi muito útil a ajuda de

especialistas, que conosco colaboraram em vários testes lançados a alunos de Geografia. Elaborada a versão por que optámos, uma das primeiras decisões teve a ver com as pessoas a quem dirigir o inquérito. Considerando que ele exigia certos conhecimentos e capacidades para reflectir sobre as questões, applicámo-lo sobretudo a estudantes de cursos de nível médio e superior, incluindo ainda algumas pessoas que já tinham terminado os seus estudos superiores há vários anos.

Partindo da hipótese de que o tipo de formação académica condiciona a percepção do território, procurámos abranger, para além da Geografia, um leque amplo de cursos, tanto da área humanística (Sociologia, Economia, História, Direito, Linguística) como técnica (Engenharias). Na formação de nível médio escolhemos alunos do curso de Turismo do Instituto de Novas Profissões. Considerando que a percepção do território por parte dos autarcas podia constituir informação importante para este estudo, seleccionámos ainda 90 Câmaras Municipais, com recurso a uma tabela de números aleatórios, e enviámos o inquérito aos respectivos presidentes. O escasso número de respostas recebidas (cerca de 10 %) impediu a consideração deste grupo separadamente, tendo sido os inquéritos correctamente preenchidos agrupados de acordo com a formação académica.

Os objectivos essenciais do inquérito eram:

— perceber como é que pessoas com diferente formação académica, idade e conhecimento do território viam as oposições N/S e L/I;

— identificar factores responsáveis por essas clivagens e qual a sua importância relativa;

— registar imagens espaciais das dicotomias, quando admitidas.

Para atingir estes objectivos o inquérito foi estruturado em três partes:

— *Identificação sumária do inquirido*. Esta parte devia permitir obter três informações que nos pareciam relevantes para a percepção das oposições: formação académica, idade e conhecimento do território. Dificuldades na interpretação dos resultados, que não foram suficientemente concludentes (talvez pela formulação de algumas questões e também pela

insuficiência da amostra), levaram-nos a analisar, neste artigo, quase exclusivamente o primeiro aspecto.

— *Percepção das dicotomias N/S e L/I.* Começámos por solicitar uma opinião sobre a possibilidade de se estabelecerem estas oposições. A resposta afirmativa desencadeava uma sequência de três questões: identificação das razões relevantes para a aceitação de cada uma das duas dicotomias, escolha da mais marcada actualmente e, por fim, proposta de delimitação desses espaços.

— *Caracterização das áreas.* No sentido de se obter uma ideia mais precisa sobre a percepção de cada um dos quatro espaços (Norte, Sul, Litoral, Interior) foi elaborado um quadro onde se discriminaram 20 características (ver legenda da fig. 6), assim distribuídas: físicas (3), demográficas (3), económicas (3), sociais (3), culturais (2), políticas (2), históricas (2), religiosas (2). Para cada uma das 20 características era pedido ao inquirido que indicasse se a medida mais adequada era «elevada» ou «reduzida».

O inquérito foi dirigido sobretudo a pessoas residentes em Lisboa, facto que não deve ser ignorado na análise dos resultados. O enviesamento daí resultante poderia ficar esbaido pelo facto de uma parte importante dos inquiridos ser natural, ou declarar ter algum conhecimento directo, de outros concelhos do país (40%). Ainda assim, temos de reconhecer que o lançamento só em Lisboa compromete fortemente a extrapolação dos resultados.

No total obtivemos 166 respostas consideradas válidas, sendo 44 de alunos de Geografia ou geógrafos e 122 de pessoas com outras habilitações, a maior parte das quais também alunos universitários, assim distribuídos: formação superior humanística (76) e técnica (24); formação média (22). Por idades, 115 dos 166 inquiridos tinham menos de 30 anos.

Conhecidos a estrutura, os objectivos e as limitações do inquérito, passemos à análise dos resultados.

### 3.2. *Percepção e caracterização das oposições N/S e L/I*

Há uma aceitação clara destas oposições (apenas 3% e 1% dos inquiridos negaram, respectivamente, as oposições N/S e L/I). No entanto, a dicotomia L/I é considerada pelo

conjunto dos inquiridos como a mais marcada actualmente, sendo-o sensivelmente mais entre os geógrafos (61%) do que entre pessoas de outras formações (49%). A idade não afecta, de forma significativa, a percepção da importância relativa das oposições (fig. 3).

As razões físicas, económicas, demográficas e culturais são tidas como as mais relevantes para o estabelecimento daquelas oposições (fig. 4). Contudo, o peso dos factores de natureza física é mais importante na dicotomia N/S, enquanto as razões económicas se revelam fundamentais na clivagem L/I.

Quando atendemos à formação académica, verificamos que há uma certa uniformidade quanto aos motivos relevantes

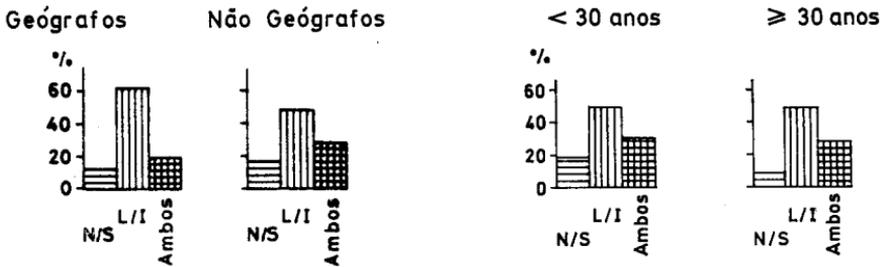


Fig. 3 — Importância relativa das oposições N/S e L/I, de acordo com a formação académica e a idade dos inquiridos.

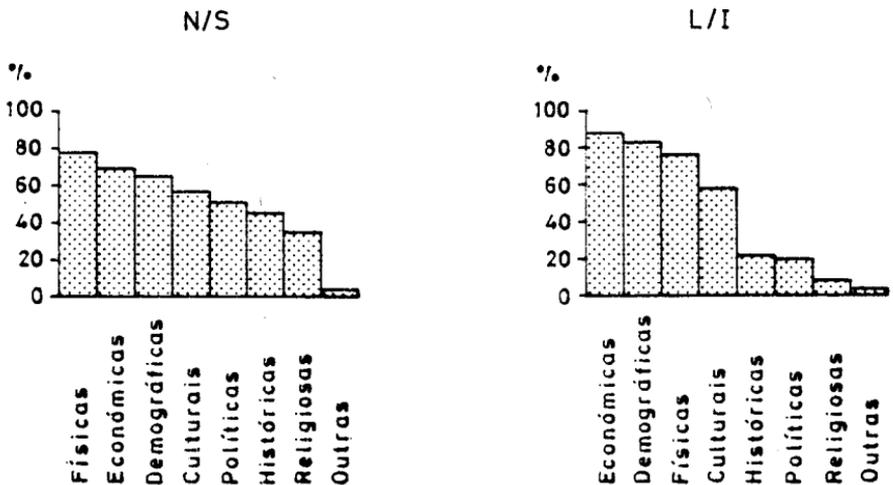


Fig. 4 — Razões relevantes para o estabelecimento das oposições N/S e L/I pelos inquiridos.

para a oposição L/I, mas discrepância de critérios na oposição N/S (fig. 5). Assim, para a dicotomia L/I as razões económicas, demográficas e físicas sucedem-se por ordem decrescente, excepto para as pessoas com formação de nível médio, que atribuem mais importância aos aspectos físicos.

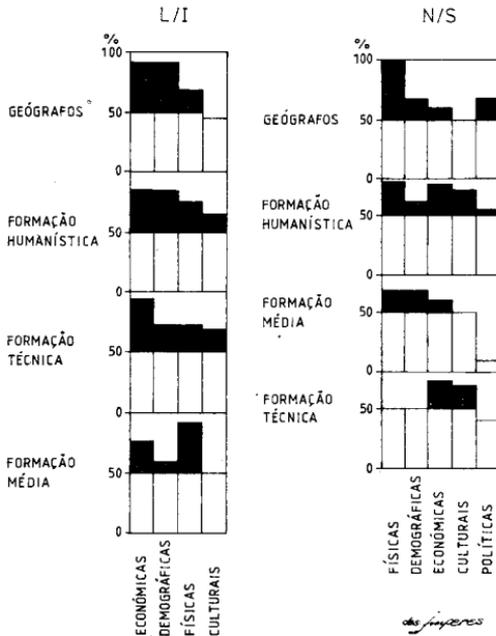


Fig. 5 — Razões relevantes para o estabelecimento das oposições N/S e L/I, de acordo com a formação académica dos inquiridos.

Quanto à oposição N/S, é clara a relevância que os geógrafos concedem aos factores físicos, o que, com certeza, reflecte conhecimentos sobre geomorfologia, climatologia e biogeografia do País; o peso que atribuem aos factores políticos (superior ao admitido pelas pessoas com formação humanística, que relevam mais as questões culturais) traduz, provavelmente, o interesse pela formação do espaço político nacional e por problemas de geografia eleitoral. As pessoas com formação técnica destacam razões económicas e culturais, afastando-se mais do perfil definido pelos restantes grupos.

Quanto aos atributos diferenciadores dos espaços N/S e L/I (fig. 6), salientamos o seguinte.

A altitude é a principal característica que permite opôr o Norte ao Sul, enquanto para a dicotomia L/I fica em primeiro lugar a densidade populacional.

A segurança na caracterização das áreas parece maior entre os geógrafos, uma vez que existe percentagem mais elevada de respostas a atributos que, em diversos estudos científicos, têm fundamentado estas oposições.

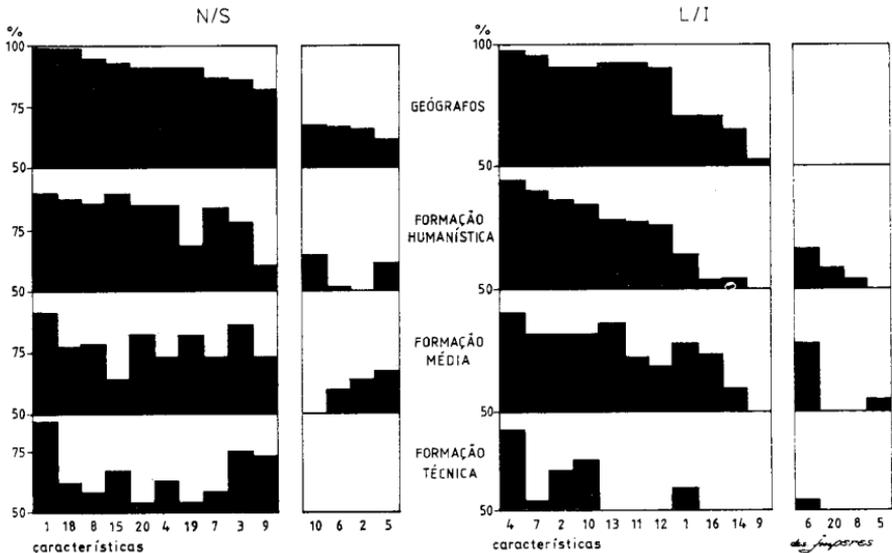


Fig. 6 — Principais características referidas para as dicotomias N/S e L/I, de acordo com a formação académica dos inquiridos.

1 — altitude; 2 — contrastes climáticos Verão/Inverno; 3 — densidade de ocupação florestal; 4 — densidade populacional; 5 — taxa de natalidade; 6 — povoamento concentrado; 7 — número de unidades industriais; 8 — dimensão das explorações agrícolas; 9 — produção de energia hidroelétrica; 10 — densidade da rede de estradas; 11 — número de médicos por 1000 habitantes; 12 — número de sessões de teatro e cinema; 13 — número de jornais de grande circulação editados; 14 — criminalidade; 15 — percentagem de votantes no PCP; 16 — percentagem de trabalhadores sindicalizados; 17 — influência das ordens religiosas-militares; 18 — vestígios da presença muçulmana; 19 — número de igrejas; 20 — participação no culto religioso.

A maior semelhança na caracterização das áreas ocorre entre geógrafos e pessoas com formação humanística, o que, em certa medida, pode traduzir afinidade entre a Geografia e disciplinas como a História, a Economia e a Sociologia, todas elas contribuindo, com pontos de vista específicos mas convergentes, para a análise da sociedade portuguesa.

Há algumas percepções incorrectas das características dos espaços, para as quais não se encontra qualquer fundamento válido. Um exemplo apenas: mais de 50 % dos inquiridos considera que a forma de povoamento é responsável pela diferenciação N/S, admitindo que o povoamento concentrado é mais frequente no «Norte». Nos inquiridos com formação geográfica, 67 % consideram que esse tipo de povoamento existe no «Sul». Esta discrepância reflectirá um desconhecimento das áreas, ou a não compreensão do conceito, que estaria a ser confundido com o de densidade populacional?

De um modo geral, há uma certa convergência na atribuição de fraco poder diferenciador entre Litoral e Interior a algumas variáveis (menos de 50 % das respostas), como as históricas, políticas, religiosas e ainda a densidade de ocupação florestal e a taxa de natalidade. Para a dicotomia N/S, as variáveis sociais e culturais («médicos», «teatro e cinema», «jornais editados», «criminalidade», «sindicalização», «ordens religiosas» — ver legenda da figura 6) são sempre referidas por menos de 50 % dos inquiridos.

A formação académica influencia a escolha das principais variáveis que diferenciam as áreas tidas como opostas.

Na oposição N/S verificamos que, embora a altitude seja geralmente considerada como principal característica diferenciadora, há opiniões muito diversas consoante a formação académica; enquanto alguns acentuam o peso dos factores políticos, outros atribuem importância a variáveis religiosas e à ocupação florestal. As pessoas com formação técnica parecem revelar menor conhecimento das áreas (ou menor interesse em reflectir sobre as suas características), dada a percentagem relativamente baixa de respostas obtidas.

Na caracterização da dicotomia L/I há uma maior semelhança entre geógrafos e pessoas com cursos humanísticos e médios. Os inquiridos com formação técnica revelam, mais

uma vez, maior dificuldade em caracterizar cada uma das áreas, atribuindo sobretudo importância à densidade da população e da rede de estradas e aos contrastes climáticos. O escasso número de pessoas que este grupo abrange (24) não permite, porém, considerar segura a generalização ao conjunto das profissões técnicas.

Em síntese, a análise efectuada revela uma aceitação inequívoca das dicotomias N/S e L/I. As razões que fundamentam essas oposições são diferentes, prevalecendo as físicas para a clivagem N/S e as socioeconómicas para a L/I. A formação académica dos inquiridos condiciona claramente a percepção das dicotomias e a caracterização das áreas. Os geógrafos, quando comparados com pessoas de outra formação, revelam possuir um conhecimento mais completo do território. As pessoas com formação humanística são as que mais se aproximam a caracterização das áreas feita pelos geógrafos, enquanto as habilitadas com cursos técnicos revelam maior insegurança nas respostas e maior desconhecimento ou desinteresse pelo que se passa no território.

#### 4. DELIMITAÇÃO DAS OPOSIÇÕES NOS INQUÉRITOS

##### 4.1. *Questões metodológicas*

Um dos propósitos desta investigação, mais especificamente do inquérito, foi delimitar cada uma das áreas, desde que admitidas as oposições. Para isso, colocámos três fundos de mapas à disposição dos inquiridos, tendo um como referência apenas os principais rios, outro as capitais de distrito e um terceiro os limites distritais. A escolha que viesse a ser feita para a delimitação de cada uma das dicotomias em estudo era uma primeira informação a utilizar; a segunda, e naturalmente mais significativa, adviria da análise do traçado dos limites pedidos, entre N/S e L/I.

No caso da oposição N/S, após termos verificado a importância que a referência aos principais rios parece ter para a grande maioria dos inquiridos (55 % dos inquéritos válidos utilizam este fundo de mapa), englobámos as respostas em 4 unidades de análise assim definidas: limites entre o Douro e o Mondego, entre o Mondego e o Tejo, pelo Tejo e a sul do Tejo.

Na dicotomia L/I, tendo de igual modo em conta os limites representados pelos inquiridos, definimos também 4 grupos de respostas: manchas descontínuas mais ou menos paralelas à costa; uma faixa a ocidente e outra a sul; divisão grosseira do País, ao meio, no sentido N/S; outras delimitações, muito variadas. As manchas descontínuas do primeiro conjunto requereram um tratamento autónomo, que permitisse individualizar tipos representativos de respostas e verificar a frequência com que cada uma delas era entendida.

Algumas respostas não foram consideradas válidas (36 em N/S e 18 em L/I), o que ficou a dever-se à recusa ou incapacidade de tomar uma decisão ou, ainda, à inclusão de uma área Centro. Neste último caso (16 respostas, ou seja, 44 % deste universo e 10 % do total dos inquiridos), detecta-se uma contradição, embora talvez pouco consciente, com a aceitação quase unânime das dicotomias em questão anterior do inquérito.

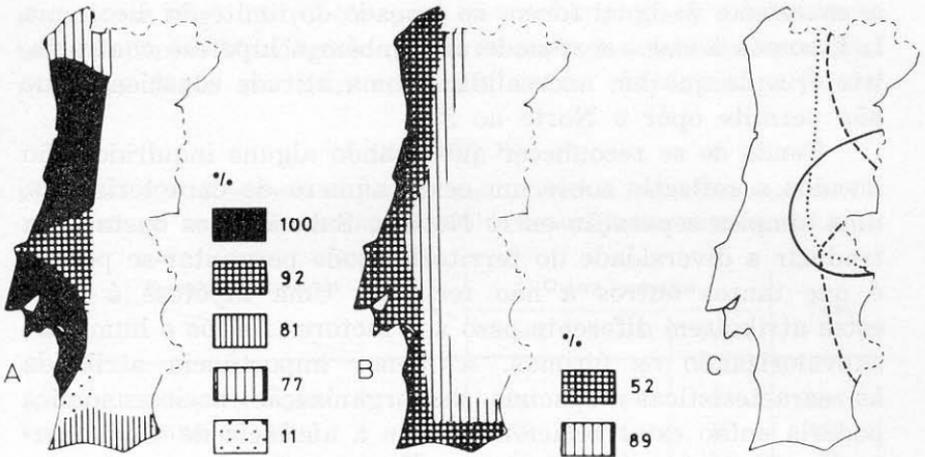
Na leitura dos limites representados também se discriminaram grupos, mantendo as agregações já utilizadas (3). Às diferenças entre grupos etários faremos apenas referência sumária. Na impossibilidade de multiplicar ilustrações, optámos por elaborar alguns mapas de síntese a partir do total de respostas válidas (fig. 7). Reproduzimos ainda algumas respostas que não integrámos em nenhum dos grupos anteriores, com o propósito de evidenciar como podem ser diversas as percepções espaciais destas dicotomias. Os quadros IV e V resumem a restante informação.

#### 4.2. A dicotomia Norte/Sul

A percentagem de respostas consideradas válidas, em comparação com a dicotomia L/I, é sensivelmente menor na oposição N/S — 78 % contra 89 %. Tal facto deve-se a duas razões: ou não há resposta ou recusa-se a dualidade, ocorrendo a inclusão de um espaço de transição — o Centro.

A consideração deste espaço intermédio coloca alguns problemas. Em primeiro lugar, traduz falta de coerência com outras respostas, como já foi dito. Em segundo lugar, essa opção pode também traduzir insegurança perante a delimitação entre o Norte e o Sul, pois prevalece nas pessoas com for-

## LITORAL / INTERIOR



## NORTE / SUL

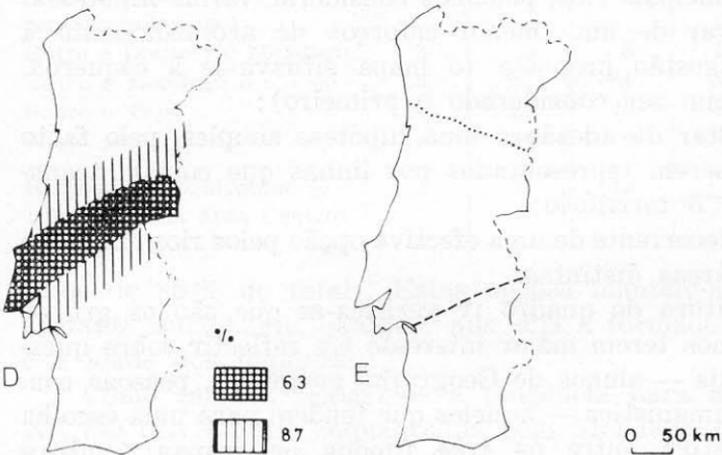


Fig. 7 — Imagens espaciais das dicotomias. Resultados do Inquérito.  
 A — L/I, tipo I, 62 respostas em 148 válidas (42 %); B — L/I, tipo II,  
 76 respostas em 148 válidas; D — N/S, 130 respostas válidas;  
 C e E — exemplos de respostas atípicas.

mação não geográfica e nos inquiridos mais jovens — integrados em sistemas de ensino que não insistem na importância das referências espaciais; mas, porque essa insegurança *nunca* se manifesta de igual forma no traçado do limite da dicotomia L/I, somos levados a considerar também a hipótese contrária, isto é, a de que há, na realidade, uma atitude consciente que não permite opôr o Norte ao Sul.

Tendo de se reconhecer que quando alguns inquiridos são levados a reflectir sobre um certo número de características, uma simples separação entre Norte e Sul não lhes basta para traduzir a diversidade do território, pode perguntar-se porque é que tantos outros a não recusam. Uma hipótese é a de estes atribuírem diferente peso aos factores físicos e humanos, subvalorizando os últimos. A menor importância atribuída às características espaciais da organização socioeconómica poderia então estar relacionada com a ausência de um importante pólo regional, que estructure espaços situados nas franjas das áreas mais directamente dependentes do Porto ou de Lisboa. Esta hipótese, que retomaremos na discussão final, foi-nos sugerida não só pelos resultados do inquérito como pelos textos analisados.

Para explicar a preferência pelo mapa que tinha como fundo os principais rios, podemos considerar várias hipóteses:

— derivar de um «menor esforço» de acomodamento à primeira sugestão proposta (o mapa situava-se à esquerda, podendo assim ser considerado o primeiro);

— resultar da adesão a uma hipótese simples, pelo facto de os rios serem representados por linhas que cortam transversalmente o território;

— ser decorrente de uma efectiva opção pelos rios enquanto limites de áreas distintas.

Pela leitura do quadro IV verifica-se que são os grupos que admitimos terem maior interesse em reflectir sobre questões espaciais — alunos de Geografia, geógrafos, pessoas com formação humanística — aqueles que tendem para uma escolha mais equitativa entre os três fundos de mapas (embora escolhendo mais vezes o que representa os rios, optaram frequentemente pelos dos limites administrativos). Se aceitarmos que a opção pelo fundo de mapa com os rios está de acordo com as duas primeiras interpretações atrás referidas, a decisão

de escolher outros mapas pode efectivamente reflectir uma maior consciência da complexidade da decisão.

Qualquer que tenha sido o mapa escolhido, a análise das respostas (fig. 7) revela uma preferência clara por delimitações entre o Mondego e o Tejo, secundadas pelo limite muito próximo deste rio (em conjunto, estas respostas perfazem

## QUADRO IV

Dicotomia N/S. Respostas de pessoas com diferentes formações académicas atendendo ao fundo de mapa escolhido e aos limites representados

Formação do inquirido Respostas	Geógraf.	Outras formações			Total
		Técnic.	Human.	Outras	
Número de inq. recebidos	44	24	76	22	166
Respostas válidas — total	34	15	64	17	130
%	77	63	84	77	78
Fundos de mapas escolhidos (%)					
Rios	47	67	53	71	55
Sedes de Distrito	20	27	19	18	20
Divisão distrital	32	7	28	12	25
Limites N/S representados (%)					
Entre o Douro e o Mondego	3	0	5	18	5
Entre o Mondego e o Tejo	59	53	64	35	58
Sobre o Tejo	24	27	25	35	26
A sul do Tejo	15	20	6	12	11
Respostas não dicotóm. % (incluem uma área Centro)	2	17	12	9	10

cerca de 85 % do total). Estas opções mantêm-se de forma bastante semelhante, qualquer que seja a formação académica e a idade dos inquiridos.

Como remate, realçamos a tendência para a orientação NE/SO dos limites enquadrados pelo Mondego e pelo Tejo. Avançamos duas interpretações: essa orientação pode ser o reflexo da importância atribuída à Cordilheira Central para o estabelecimento do limite, mas pode também traduzir apenas a intenção de acompanhar o traçado do rio Tejo, embora sem o decalcar.

## 4.3. A dicotomia Litoral/Interior

Ao contrário da oposição N/S, a percentagem de respostas válidas é muito elevada, o que se fica a dever à ausência de identificação de um espaço intermédio, que a escassa «largura» do território provavelmente não justifica.

A escolha entre os três fundos de mapa foi quase equitativa (quadro V). Salientemos apenas a preferência dos alunos

## QUADRO V

Dicotomia L/I. Respostas de pessoas com diferentes formações académicas atendendo ao fundo de mapa escolhido e aos limites representados

Formação do inquirido Respostas	Geógraf.	Outras formações			Total
		Técnic.	Human.	Outras	
Número de inq. recebidos	44	24	76	22	166
Respostas válidas — total	37	22	71	18	148
%	84	92	93	82	89
Fundos de mapas escolhidos (%)					
Rios	24	14	37	39	30
Sedes de Distrito	51	50	27	28	37
Divisão distrital	24	36	37	33	33
Tipos de Limites L/I representados (%)					
I — Descontínuos	46	32	44	39	42
II — Contínuos Ocid. e Sul	43	50	51	44	48
III — Corte longitudinal	5	14	6	17	8
IV — Atípicos	5	5	0	0	2
Limites Tipo I que excluem (%)					
Alentejo Ocidental	94	86	84	100	88
Noroeste	12	57	23	14	23
Sul do Algarve	24	14	16	29	9
Centro-Oeste	6	14	7	14	8

de Geografia e dos geógrafos pelo fundo de mapa das sedes de distrito (51% das respostas), o que pode resultar de o mapa com os rios ter sido utilizado para delimitar o Norte e o Sul ou da recusa intencional em seguir alguns limites distritais para separar o Litoral do Interior.

Embora tenhamos identificado quatro tipos de respostas para o traçado deste limite (4.1.), a grande maioria delas recaiu nos dois primeiros (fig. 7A e B): litoral como um conjunto de manchas descontínuas, mais ou menos paralelas à costa (42%) e litoral como faixas contínuas a oeste e a sul (48%). Os alunos de Geografia e os geógrafos preferem o primeiro tipo, o que parece revelar um conceito de litoral mais restritivo, sobretudo dependente de características humanas.

Na figura 7A individualizámos seis sub-áreas litorais. Duas delas, definidas em torno de Lisboa e do Porto, são, de forma unânime, reconhecidas como litorais; pela ordem que se segue, as restantes quatro manchas levantam sucessivamente mais dúvidas: Centro-Oeste, Algarve, Noroeste e Alentejo Ocidental. Os diferentes grupos considerados não manifestam divergências significativas nas respostas, ocorrendo apenas ligeiras diferenças na «ordenação» das sub-áreas, nomeadamente entre o Algarve e o Noroeste.

A figura 7c dá conta de algumas respostas que não puderam ser incluídas nos três tipos definidos, evidenciando a diversidade de interpretações quanto à delimitação do Litoral e Interior.

## 5. UMA DISCUSSÃO EM ABERTO

Para sistematizarmos a discussão dos problemas que este estudo coloca, a primeira observação é a de que as partições esquemáticas do território em N/S e L/I são frequentemente utilizadas e úteis em certas circunstâncias.

Numa parte substancial da produção científica, o objecto e os métodos de estudo são claramente definidos, sendo as oposições dualistas, dentro desses limites, objectivamente justificadas. Todavia, mesmo no meio científico se encontram generalizações abusivas das oposições N/S e L/I. Elas são frequentes sobretudo em estudos com uma finalidade prática, mediata ou imediata, como nas análises sobre a regionalização; existem também naqueles em que, sendo a componente espacial acessória, se utilizam imagens estereotipadas, sem se reflectir sobre a adequação aos temas em discussão.

Nos meios de comunicação social é ainda maior a imprecisão das referências, pela ausência de preocupação com a

definição dos conteúdos e a delimitação espacial das oposições expressas e, também, por serem utilizados como veículos para manifestar e difundir interesses de grupos económicos e políticos.

Outro aspecto a destacar diz respeito à evolução e interpretação actual das oposições, questão que trataremos em conjunto com a dos limites.

Em grande parte da produção científica recente, a dicotomia L/I, baseada em características socioeconómicas, é considerada a mais expressiva (pelo menos atendendo ao número de referências na amostra utilizada), defendendo-se, no entanto, que essa diferenciação só se terá tornado nítida em época próxima do presente. Vimos, porém, como a prevalência do «litoral» já tinha sido ressaltada por geógrafos e outros cientistas do século passado e do início do actual, fazendo-a recuar às origens da nacionalidade, opinião partilhada por alguns autores contemporâneos. Na perspectiva da individualização política do Estado, todo o território, tratado a uma escala peninsular, europeia ou mundial, pode ser entendido como litoral. Todavia, esta aceção de litoral, como símbolo da nacionalidade e do Império, foi também aplicada a parte do espaço político do continente sem que a necessária delimitação fosse feita.

Quanto à oposição N/S, continuando a referir-nos à produção científica consultada, ela parece ser entendida como menos marcada actualmente, mesmo tomando em conta estudos de carácter histórico e aqueles em que se utiliza uma base natural. Como os estudos históricos e aqueles em que as características da paisagem são o ponto de partida representam apenas uma pequena parcela da produção das ciências sociais e da Geografia, parece-nos possível concluir que esta oposição perdeu terreno em favor da de L/I.

Nos meios de comunicação social a situação parece diferente. Mais do que qualquer oposição, é o «Norte» que é ressaltado. Contudo, o espaço a que esta palavra corresponde nunca é delimitado. O «Norte» é frequentemente associado a um espaço indefinido liderado pelo Porto. Assim sendo, a oposição N/S exprime, sobretudo, o confronto entre o Porto e Lisboa (ou entre as áreas que ambas as cidades directamente

organizam), já que o «Sul» tem menos afinidades com Lisboa, que é a capital do país e não de uma «região Sul», quaisquer que sejam os seus limites.

A afirmação do «Norte» exprime uma atitude reivindicativa, embora não conflituosa, de agentes económicos e culturais que com ele se identificam e têm acesso a veículos de informação que defendem os seus interesses. Em nenhuma das outras áreas essas forças têm idênticas capacidades e meios para se afirmarem, nomeadamente porque lhes falta um grande centro polarizador e canais que difundam mensagens regionais, dando cobertura aos seus interesses.

Se tivermos em conta que as duas metrópoles são também percebidas pelos inquiridos como os fulcros agregadores da oposição L/I — veja-se que foram espaços próximos destes dois centros urbanos os únicos em que houve unanimidade na classificação como «litoral» —, então somos levados a concluir que, paradoxalmente, as oposições N/S e L/I não são reconhecidas como englobantes da totalidade do território. O que parece existir é um entendimento generalizado de que as duas metrópoles se opõem entre si e ambas ao resto indiferenciado do País.

Na produção científica recente separámos dois tipos de estudos: os que têm conteúdo bem delimitado, em que um dos objectivos é a diferenciação entre espaços, e aqueles em que se procuram transmitir visões globais. No primeiro caso os limites entre áreas são quase sempre claramente definidos, embora possam ser distintos para diferentes objectos de estudo. O limite climático entre o Norte e o Sul, por exemplo, não é forçosamente coincidente com o de grandes tipos de ocupação vegetal, nem limites de densidades de população se sobrepõem aos que individualizam o Litoral do Interior através da densidade das redes de transporte. Quando os confrontos têm acepções amplas, agregando características naturais ou socio-económicas, associam-se frequentemente as dicotomias L/I ou N/S a oposições entre desenvolvimento/subdesenvolvimento, centro/periferia ou atlântico/mediterrâneo. Neste caso, ou não se identificam limites (situação mais geral), ou eles têm base administrativa.

A complexidade da organização do território dificilmente se ajusta a esquemas dualistas, pois a diversidade marca-o mais do que a semelhança, quer se parta de aspectos naturais, quer de características sociais, económicas, culturais ou políticas.

As interpretações estruturais do território, de ORLANDO RIBEIRO, que partiam das características da paisagem, vinculavam já as insuficiências das visões dualistas. A utilização preferencial de informação estatística sobre características socioeconómicas, referidas a unidades administrativas cuja homogeneidade é frouxa, compromete ainda mais a definição de áreas opostas. A grande diversidade de informação ao nível do distrito parece, todavia, ter condicionado fortemente a produção científica recente, sem se questionar a adequação da unidade distrital ao objecto e finalidade do estudo. Opõem-se distritos do Litoral e do Interior (ou do Norte e do Sul) e opõem-se também, como vimos, outros espaços, em particular as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto entre si e ambas com o restante território.

Esta conclusão levanta um problema sobre o qual considerámos útil reflectir, atendendo agora especialmente aos estudos recentes de geógrafos.

Em grande parte das análises geográficas, as unidades administrativas são utilizadas como base essencial de referência, tal como sucede nos estudos produzidos no âmbito de ciências sociais e económicas. A principal diferença residirá, talvez, na maior frequência de utilização de outras unidades administrativas, que não distritos. O abandono de referências naturais, na maioria dos estudos de Geografia Humana, em favor daquelas, não será uma opção arriscada para a própria sobrevivência da Geografia? Não estaremos a valorizar excessivamente a facilidade de utilizar informação estatística, menosprezando o suporte natural a que ela se reporta e a que as linhas divisórias das unidades administrativas não têm que, obrigatoriamente, atender? Não estará a Geografia a pretender assumir-se sobretudo como ciência social, perdendo a identidade que lhe advém do facto de ser simultaneamente ciência natural e social?

A confusão dos debates em torno de noções como região, centralidade, periferia, dicotomia L/I ou N/S, tem por base

a própria indefinição dos conceitos, que são utilizados em diversos meios, por transposição irreflectida de acepções que só servem determinadas ciências e contextos. Daí resultam utilizações com sentidos diferentes e indefinidos. A Geografia pode contribuir para aclará-los, na condição de não se identificar exclusivamente com acepções e utilizações feitas no âmbito de ciências sociais ou naturais.

#### BIBLIOGRAFIA

Inclui estudos onde foram encontradas referências às oposições Norte/Sul e Litoral/Interior, excluindo as menções a outras divisões do território de Portugal Continental. Não é um inventário exaustivo, mas uma amostra ampla.

##### *Livros e revistas*

- AGUIAR, RENATO — «Regionalização para quê? Para quem? A visão da Administração local», in *Conferências sobre Regionalização e Desenvolvimento*, Lisboa, 1984, p. 491-495.
- ALARCÃO, ALBERTO DE — «Êxodo rural e atracção urbana no Continente», *Análise Social*, II, 7-8, Lisboa, 1964, p. 511-573.
- ALMEIDA, ANA NUNES DE — «Perspectivas dos jovens sobre a família e o casamento — notas críticas», *Análise Social*, XXII, 90, Lisboa, 1986-1.º, p. 157-164.
- «A fábrica e a família — tópicos para uma reflexão», *Análise Social*, XXII, 91, Lisboa, 1986-2.º, p. 279-312.
- ALVES, MANUEL BRANDÃO — «Regionalizar o quê», in *Portugal. Regionalizar. Poder Autárquico para quê? Para quem?*, Reflexão e Acção Socialista, Cent. Est. Social., Lisboa, 1984, p. 61-79.
- CAMPOS, BERNARDO; CARDOSO, A. JOSÉ — «Interioridade e Desenvolvimento Regional — a Componente Autárquica», *Desenvolvimento Regional*, 26-27, Lisboa, 1988, p. 83-109.
- CARVALHO, A. FERRAZ DE — «Portugal», in *Geografia Universal. Descrição Moderna del Mundo*, III, Inst. Gallach, Barcelona, 1930, p. 521-591.
- CAVACO, CARMINDA — «A agricultura a tempo parcial como factor de estabilidade e de paz social em Portugal», *Finisterra*, XX, 39, Lisboa, 1985, p. 47-107.
- «A população agrícola em Portugal. Contribuição para o seu estudo», *Finisterra*, XX, 40, Lisboa, 1985, p. 314-362.
- CLAUSSE, GUY — «Soutg Enlargement of the EEC Iberian Integration and Concept of a Region», in *Conferências sobre Regionalização e Desenvolvimento*, Lisboa, 1984, p. 443-455.
- CORTESÃO, JAIME — *Os factores democráticos na formação de Portugal*, Portugalia Ed., Lisboa, 1964.

- DAVEAU, SUZANNE — «Produção e consumo de electricidade em Portugal», *Finisterra*, XIV, 27, Lisboa, 1979, p. 150-158.
- FERRÃO, JOÃO — «Variação regional das taxas de lucro da indústria transformadora em Portugal (1971)», *Finisterra*, XVII, 33, Lisboa, 1982, p. 111-152.
- «A indústria em Portugal: estruturas produtivas e sociais em contextos regionais diversificados», *Finisterra*, XXIII, 45, Lisboa, 1988, p. 29-54.
- FERRÃO, JOÃO; JENSEN-BUTLER, CHRISTOPHER — «Desenvolvimento industrial e diferenciações regionais em Portugal, durante a década de 70», *Finisterra*, XXI, 42, Lisboa, 1986, p. 203-238.
- FONSECA, M. LUCINDA — «Notas para uma Geografia do crime em Portugal. 1950-1981», *Finisterra*, XIX, 38, Lisboa, 1984, p. 171-204.
- FONSECA, M. LUCINDA; ABREU, DIOGO — «Permanência e mudança das diferenciações territoriais em Portugal no período 1950-1980», in *Acta Ponencias y Comunicaciones III Colóquio Ibérico de Geografía*, Barcelona, 1984, p. 563-575.
- FONSECA, M. LUCINDA; ANDRÉ, I. MARGARIDA — «Casamento e Mobilidade», *V Colóquio Ibérico de Geografia, Comunicações dos Colaboradores da E. P. R. U.*, Cent. Est. Geog., Lisboa, 1989, 15 p. (polic.).
- FRANÇA, LUÍS — «Os jovens portugueses e a religião: caracterização global», *Análise Social*, XXI, 86, Lisboa, 1985-2.º, p. 247-281.
- GALEGO, JÚLIA; DAVEAU, SUZANNE — *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento Cartográfico*, Memória n.º 9, Cent. Est. Geog., Lisboa, 1986.
- GARCIA, JOÃO — «Os têxteis em Portugal nos séculos XV e XVI», *Finisterra*, XXI, 42, Lisboa, 1986, p. 327-344.
- GASPAR, JORGE — «Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal», *Finisterra*, X, 19, Lisboa, 1975, p. 107-152.
- «Regionalização: uma perspectiva sociogeográfica», in *Problemas de Regionalização*, Soc. Geog. de Lisboa, 1982, p. 96-112.
- «As transformações na organização do território e os problemas da regionalização», in *Acta Ponencias y Comunicaciones III Colóquio Ibérico de Geografía*, Barcelona, 1984, p. 533-538.
- «Réseau urbain et régionalisation», *Annales de Géographie*, 541, 1988, p. 291-307.
- GIRÃO, AMORIM — *Esboço de uma carta regional de Portugal*, Fac. Letras Univ. Coimbra, Coimbra, 1930.
- «Origines de l'État Portugais», *Rev. Géog. des Pyrénées et du Sud-Ouest*, XI, 3-4, 1940, p. 155-158.
- *Geografia de Portugal*, Portucalense, Porto, 1941.
- «Desenvolvimento dos estudos geográficos em Portugal», *Bol. Cent. Est. Geog. Coimbra*, 1, Coimbra, 1950, p. 7-12.
- «Portugal — densidade da população por freguesias (1940)», *Comptes Rendus du Cong. Int. de Géog. de Lisbonne, 1949*, I, Lisboa, 1950, p. 226-238.
- «As bacias fluviais como base de estudo regional», *Bol. Cent. Est. Geog. Coimbra*, 6-7, Coimbra, 1953, p. 15-29.

- «Sobre uma recente Carta Ecológica de Portugal», *Bol. Cent. Est. Geog. Coimbra*, 8-9, Coimbra, 1954, p. 1-16.
- *Atlas de Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed., Inst. Est. Geog., Fac. Letras, Coimbra, 1958.
- GODINHO, VITORINO MAGALHÃES — *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4.<sup>a</sup> ed., Arcádia, Lisboa, 1980 (1.<sup>a</sup> ed., 1971).
- GOMES, A. SOUSA — «Desequilíbrios regionais e integração europeia», in *Conferências sobre Regionalização e Desenvolvimento*, Lisboa, 1984, p. 415-429.
- GOMES, B. BARROS — *Cartas Elementares de Portugal para Uso das Escolas (...)*, Lisboa, 1878.
- GUIMARÃES, RUI; MARTINS, MAXIMIANO — «Indústria transformadora», in *Portugal Contemporâneo. Problemas e Perspectivas*, I. N. A., Oeiras, 1986, p. 253-274.
- GUTERRES, ANTÓNIO — «Desenvolvimento regional e integração europeia», in *Conferências sobre Regionalização e Desenvolvimento*, Lisboa, 1984, p. 383-389.
- JUSTINO, DAVID — *A formação do espaço económico nacional. Portugal, 1810-1913*, I, II, Documenta Histórica, Vega, Lisboa, 1988-89.
- LAUTENSACH, H. — «A formação dos aspectos culturais da paisagem portuguesa», *Bol. Soc. Geog. Lisboa*, Lisboa, 1943, p. 523-548.
- «A individualidade geográfica de Portugal no conjunto da Península Ibérica», *Bol. Soc. Geog. Lisboa*, Lisboa, 1931, p. 362-409.
- LEMA, PAULA BORDALO — *O desenvolvimento das funções centrais em Trás-os-Montes*, Lisboa, 1980 (dissert. de doutor. em Geog. Humana, polic.).
- «A fronteira como factor geográfico. Problemas da área fronteiriça entre Portugal e Espanha», in *Acta Ponencias y Comunicaciones, III Colóquio Ibérico de Geografía*, Barcelona, 1984, p. 593-595.
- LOPES, A. SIMÕES — *Desenvolvimento Regional. Problemática. Teoria. Modelos*, Fund. Cal. Gulb., Lisboa, 1980.
- LOPES, ERNÂNI, et al. — *Portugal. O desafio dos anos 90*, Presença, Lisboa, 1989.
- MACEDO, J. BORGES DE — *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1982 (1.<sup>a</sup> ed., 1963).
- MACHADO, F. FALCÃO — «As divisões territoriais portuguesas», in *Comptes Rendus du Cong. Int. Géog. Lisbonne 1949*, IV, Lisboa, 1952, p. 283-311.
- MANSO, ARMANDO — «Regionalização para quê e para quem. A visão da Administração Local», in *Conferências sobre Regionalização e Desenvolvimento*, Lisboa, 1984, p. 496-507.
- MARQUES, A. H. DE OLIVEIRA — *História de Portugal*, I, II, Palos ed., Agora Ed., Lisboa, 1971, 1973.
- MARQUES, HELENA TORRES — «Algumas considerações sobre a regionalização em Portugal», in *Portugal. Regionalizar. Poder Autárquico para quê? Para quem?*, Reflexão e Acção Socialista, Cent. Est. Social., Lisboa, 1984, p. 155-162.

- MARTINS, ALBERTO; RIBEIRO, J. STRECHT — «A descentralização do Estado: condição necessária da democracia política», in *Portugal. Regionalizar. Poder Autárquico para quê? Para quem?*, Reflexão e Acção Socialista, Cent. Est. Social., Lisboa, 1984, p. 83-90.
- MARTINS, O. DE OLIVEIRA — «Desenvolvimento e integração de regiões periféricas — ensaio sobre as condições histórico-institucionais», in *Conferências sobre Regionalização e Desenvolvimento*, Lisboa, 1984, p. 390-402.
- MATTOSO, JOSÉ — *Identificação de um País (...), I — Oposição, II — Comprovação*, Estampa, Lisboa, 1985.
- MEDEIROS, CARLOS ALBERTO — «Introdução Geográfica», in *História de Portugal, I* (dir. de J. H. SARAIVA), Alfa, Lisboa, 1984, p. 5-30.
- *Aspectos geográficos da formação de Portugal (individualização política e definição dos limites)*, Cent. Est. Geog., Lisboa, 1985 (polic.).
- MEDEIROS, FERNANDO — «Grupos domésticos e *habitat* rural no Norte de Portugal — o contributo da escola de Le Play, 1908-34», *Análise Social*, XXIII, 95, Lisboa, 1987, p. 97-116.
- NAZARETH, J. MANUEL — «População, emigração e retorno», in *Portugal Contemporâneo. Problemas e Perspectivas*, I. N. A., Oeiras, 1986, p. 13-34.
- OLIVEIRA, JOSÉ — *O transporte colectivo rodoviário de passageiros em Portugal. Contributos para um estudo geográfico*, Relatório n.º 9, E. P. R. U., Cent. Est. Geog., I. N. I. C., Lisboa, 1988 (polic.).
- PATRIARCA, FÁTIMA — «O triângulo corporativo. Actas e encenação de um despacho salarial (1946-47)», *Análise Social*, XXIII, 99, Lisboa, 1987-5.º, p. 906-944.
- PEDREIRA, J. MIGUEL — «Indústria e atraso económico em Portugal (1800-25)», *Análise Social*, XXIII, 97, Lisboa 1987-3.º, p. 563-596.
- PEREIRA, TERESA ALVES — «Portugal — Que Terciarização», *V Colóquio Ibérico de Geografia. Comunicações dos colaboradores da E. P. R. U.*, Cent. Est. Geog., Lisboa, 1989, 13 p. (polic.).
- PESSOA, VÍTOR — «Regionalização e poder local», in *Portugal Contemporâneo. Problemas e Perspectivas*, I. N. A., Oeiras, 1986, p. 501-518.
- PIRES, IVA M. — «Serviços de apoio à produção em Portugal (evolução e distribuição regional)», *V Colóquio Ibérico de Geografia. Comunicações dos colaboradores da E. P. R. U.*, Cent. Est. Geog., Lisboa, 1989, 11 p. (polic.).
- RAMOS, CATARINA — «A influência das situações anticiclónicas no regime da precipitação em Portugal», *Finisterra*, XXII, 43, Lisboa, 1987, p. 5-38.
- RAMOS, RUI — «O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)», *Análise Social*, XXII, 90, Lisboa, 1986-1.º, p. 109-135.
- RIBEIRO, ORLANDO — *Portugal*, in *Geografia de España y Portugal*, V, Montaner y Simón, Barcelona, 1955.

- «A Geografia e a divisão regional do País», separata de *Problemas da Administração Local*, Cent. Est. Político-Sociais, Lisboa, 1957, 32 p.
- *Ensaio de Geografia Humana e Regional — I*, Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1970.
- *Introduções geográficas à História de Portugal. Estudo crítico*, I. N./C. M., Lisboa, 1977.
- «Cartas Elementares de Portugal de Bernardino de Barros Gomes», *Finisterra*, XIII, 26, Lisboa, 1978, p. 226-229.
- «Portugal. Formação de», in *Dicionário de História de Portugal*, V (dir. de JOEL SERRÃO), Inic. Edit., Porto, 1979, p. 130-149.
- *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 5.<sup>a</sup> ed., Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1986 (1.<sup>a</sup> ed., 1945).
- SALGUEIRO, TERESA BARATA — «A evolução urbana em Portugal desde os anos 50», in *Acta Ponencias y Comunicaciones III Colóquio Ibérico de Geografia*, Barcelona, 1984, p. 247-255.
- SANTOS, JOSÉ A. — *Regionalização. Processo histórico*, Horizonte, Lisboa, 1985.
- SARAIVA, JOSÉ HERMANO — *História concisa de Portugal*, 4.<sup>a</sup> ed., Europa-América, Lisboa, 1979 (1.<sup>a</sup> ed., 1978).
- SILVA, CARLOS N. — «Finanças Municipais e Desigualdades Regionais em Portugal», *V Colóquio Ibérico de Geografia. Comunicações dos colaboradores da E. P. R. U.*, Cent. Est. Geog., Lisboa, 1989, 12 p. (polic.).
- SILVA, EDUARDA; SANTOS, AMÍLCAR — «Alguns aspectos geográficos do consumo em Portugal», *V Colóquio Ibérico de Geografia. Comunicações dos colaboradores da E. P. R. U.*, Cent. Est. Geog., Lisboa, 1989, 12 p. (polic.).
- SILVA, MANUEL CARLOS — «Camponeses nortenhos: «conservadorismo» ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência», *Análise Social*, XXIII, 97, Lisboa, 1987-3.º, p. 407-445.
- TELES, SILVA — «Introdução geográfica», in *Notas sobre Portugal*, I. Imp. Nac., Lisboa, 1909, p. 1-56.
- «Aspectos geográficos e climáticos» in *Portugal. Exposição Portuguesa em Sevilha*, II, Imp. Nac., Lisboa, 1929, p. 5-95.
- VALE, MÁRIO A. F. DO — «A internacionalização da economia e a indústria electrónica em Portugal», *V Colóquio Ibérico de Geografia. Comunicações dos colaboradores da E. P. R. U.*, Cent. Est. Geog., Lisboa, 1989, 10 p. (polic.).
- VELHO, FERNANDA — «Evolução demográfica e ocupação do solo continental (1940-1960)», *Bol. Cent. Est. Geog. Coimbra*, 19, Coimbra, 1962, p. 21-30.
- VELHO, FERNANDA; GIRÃO, AMORIM — «O mais antigo censo da população de Portugal (1527)», *Bol. Cent. Est. Geog. Coimbra*, 8-9, Coimbra, 1954, p. 58-68.

*Periódicos*

Diários — *Diário Popular* (19.06.89 a 24.06.89 e 23.10.89 a 28.10.89); *A Capital* (idem); *O Diário* (idem); *Diário de Lisboa* (19.06.89 a 24.06.89; 26.06.89 a 01.07.89 e 23.10.89 a 28.10.89); *Jornal de Notícias* (idem); *Diário de Notícias* (idem); *O Primeiro de Janeiro* (19.06.89 a 24.06.89).

Semanários — *Expresso* (16.06.89 e 21.10.89); *Semanário* (idem); *O Jornal* (16.06.89; 23.06.89 e 20.10.89); *O Independente* (idem); *O Liberal* (24.06.89; 01.07.89 e 21.10.89).

RÉSUMÉ

*Nord et Sud, Littoral et Intérieur: deux façons de diviser le Portugal.* — Étant donné l'usage fréquent d'opposer au Portugal le Nord au Sud (N/S) et le Littoral à l'Intérieur (L/I), on a essayé d'ébaucher, dans le présent article, les images spatiales correspondantes, ainsi que les contextes habituels d'utilisation. Dans ce but, on a analysé une centaine de textes de géographes, sylviculteurs, historiens, sociologues, économistes, politiciens et urbanistes, publiés de la fin du XIXe siècle jusqu'à nos jours. On a aussi relevé les références à ces oppositions contenues en 246 exemplaires de journaux de grande diffusion, publiés à Lisbonne et à Porto pendant 3 semaines de juin, juillet et octobre de 1989, et on a aussi réalisé une enquête auprès de 166 personnes de formation secondaire ou universitaire.

Dans l'analyse des études publiées depuis 1878 (date des *Cartas Elementares* de B. BARROS GOMES), on a considéré 3 périodes, séparées par la date de publication d'ouvrages d'ORLANDO RIBEIRO, parce que cet auteur paraît être celui qui a le mieux systématisé, vulgarisé et critiqué les grandes divisions régionales du Portugal. Il constitue une des sources importantes de certaines interprétations récentes et marque une charnière dans l'Histoire de la Géographie portugaise et, en particulier, par rapport au thème considéré.

L'analyse réalisée montre que la présente étude mériterait d'être approfondie, en particulier parce que des images très différentes peuvent être associées à chacune des oppositions.

Quelques aspects de la discussion qui est ici seulement amorcée peuvent cependant être déjà soulignés:

— L'ample acceptation et l'usage fréquent des deux dicotomies s'appuient en réalité sur des critères de différenciation fort divers. Ils varient non seulement avec l'opposition considérée, mais aussi avec le type de formation et l'âge des auteurs et avec le contexte dans lequel elle est exprimée.

— Bien que, dans la production scientifique récente, les références à l'opposition L/I soient les plus fréquentes, c'est la notion de «Nord», espace aux limites diffuses, que les organes de communication sociale mettent le plus en relief.

— Il est discutable que l'opposition L/I soit d'origine récente, comme il est souvent admis.

— L'imprécision des limites entre les espaces considérés comme globalement opposés est une des conclusions les plus importantes de l'étude. Bien qu'il soit généralement sous-entendu que c'est un vaste ensemble de caractères qui permet d'opposer clairement le Nord au Sud et le Littoral à l'Intérieur, des limites précises n'apparaissent guère que dans les études traitant de thèmes spécifiques.

— Les dicotomies N/S et L/I sont parfois comprises, paradoxalement, comme une opposition entre Lisbonne-Porto et le reste du Portugal, les limites demeurant d'ailleurs dans ce cas aussi imprécises.

— L'utilisation généralisée des limites administratives, et surtout de celles des districts, a fortement conditionné la plupart des études scientifiques les plus récentes, au point que la référence aux aspects naturels ait été complètement abandonnée par de nombreuses études géographiques.

— La complexité d'une organisation territoriale peut-elle réellement s'exprimer de façon acceptable par un schéma dualiste? Cette question étant posée, on peut aussi reprendre la question initiale: pourquoi les oppositions N/S et L/I sont-elles si fréquemment utilisées au Portugal et quel est leur véritable signification actuelle?

#### ABSTRACT

*North/South and Coast/Inland: two dichotomies of mainland Portugal.* — Taking into consideration the large number of references to the pairs North/South (N/S) and Coast/Inland (C/I), the aim of this paper is to give a first idea of the different spacial images, as well as of the contexts, in which they are expressed. To this purpose, we analysed about a hundred texts by geographers, foresters, historians, sociologists, economists, politicians and town planners, published between the end of last century and the present day. We have also recorded references to the pairs in 246 issues of large newspapers published in Lisbon and Oporto during three weeks of June, July and October 1989, and we conducted an inquiry among 166 people with middle and higher education.

In order to analyse the studies published between 1878 — date of publication of the *Cartas Elementares de Portugal* by B. BARROS GOMES — and the present day, we assumed three periods, set up in the work of ORLANDO RIBEIRO. According to our view, this author has best systematized, brought to light and criticized the main divisions of mainland Portugal. Being an important source of recent interpretations, his work constitutes a turning point in the History of Portuguese Geography that we considered worth taking into account.

The different studies upon which our research is based enabled us to recognize the need for further investigation of this matter. Among other reasons, due to the large diversity of images for each of the pairs.

Some points of the discussion presented in this paper, which is by no means exhaustive, are as follows:

— The wide acceptance and use of the dichotomies lies on different distinguishing criteria. Such criteria vary according to each pair, as

well as according to the education of the people, their age and the context in which they are expressed.

—Despite the fact that the majority of references goes to the pair C/I in recent scientific production, the mass media focusses on the «North», an area of obscure definition.

—The somewhat generalized idea that the pair C/I is relatively recent should be argued against.

—The most relevant fact is perhaps the vagueness in the delimitation among areas, viewed as globally opposed. Despite the general agreement on a large set of features allowing to oppose North versus South and Coast versus Inland, the clear definition of borders is practically restricted to studies aimed at one specific subject.

—The dichotomies N/S and C/I are, sometimes, paradoxically understood as opposition Lisbon-Oporto/remainder of the country, with the same vagueness in delimitation.

—The large use made of administrative background (especially of the district borders) has strongly limited recent scientific production; in many Geography studies, the natural references have been totally abandoned.

—Finally, is the complexity of territorial organization amenable to dualistic frameworks? This question leads us to our first interrogation: why are these oppositions expressed so often and what is at present meant by the dichotomies N/S and C/I?